

Junho 2015 • Ano 5 • Número 18 • R\$ 18,00

TRANSPARÊNCIA

IBRA✓**CON**
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Boa governança pede gestão de riscos

**Cibercrimes
ameaçam
segurança da
informação**



Ministro Afif Domingos comemora sucesso das pequenas empresas

Inscrições Abertas!

5ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE

Principais temas da programação:

- Ética no ambiente de negócios
- Governança e prevenção à fraude
- Cenários e perspectivas do mercado de capitais
- Leis anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro
- Regulação da profissão
- Atualidades das IFRS
- Adoção das IFRS e questões tributárias

Vagas limitadas!



Comunicação Ibracon

3 e 4 de Agosto de 2015

Amcham Business Center
São Paulo – SP

Informações e Investimento:

www.ibracon.com.br/conferencia

*Confira as condições especiais para inscrições antecipadas e para associados ao Ibracon

Contato:

Tel: (11) 3372-1223

E-mail: cursos@ibracon.com.br

Instituições Participantes

- BCB - Banco Central do Brasil
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade
- COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários
- FEA/USP- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
- IASB - International Accounting Standards Board
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
- IFAC - International Federation of Accountants
- MPSP - Ministério Público do Estado de São Paulo

Faça já a sua inscrição!

Realização

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Patrocinadores


DATEV


AESCON-SP


SESCON-SP

Apoio


CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE


BID
Banco Interamericano
de Desenvolvimento


FVMIN
Fundo Multilateral de Investimentos
Membro do Grupo BID

Governança em destaque



O tema de destaque desta edição são as boas práticas de governança corporativa, que ganham ainda mais relevância em um ambiente macroeconômico desafiador como o do Brasil.

Como afirma uma de nossas entrevistadas, Mercedes Stinco, coordenadora da Comissão de Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), um instrumento muito importante da boa gestão é a criação de comitês, que ela qualifica de “braços” do conselho de administração, por permitirem que os conselheiros cumpram seus papéis de forma pertinente para garantir uma boa gestão de riscos.

E nós concordamos. Tanto que retomamos nesta edição o debate sobre a responsabilidade do auditor independente, tema de artigo assinado pelo presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti. No texto, ele reafirma que o auditor independente não é o gestor da empresa auditada, não sendo, portanto, responsável pelos erros cometidos pela empresa. E que é da administração da entidade a responsabilidade pelo estabelecimento de uma estrutura de governança apropriada.

Também abordamos a boa governança na reportagem em que tratamos dos cibercrimes e a grave ameaça que eles representam aos negócios das companhias. Novamente, os especialistas alertam que este é outro ponto de atenção para o conselho de administração das empresas.

Esta edição traz, ainda, uma aprofundada análise de um tema caro à profissão, no artigo *As sociedades de contadores e o ISS*, de autoria do tributarista Aires Barreto. Para ele, a norma é clara: incorrem em erro os municípios que exigem ISS dessas sociedades com base no preço dos serviços.

Finalmente, recomendo a leitura da matéria sobre nossa 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que apresenta alguns dos muitos convidados que já confirmaram presença para debater temas relevantes da profissão.

Você é meu convidado especial. Reserve sua agenda para a Conferência, que acontece dias 3 e 4 de agosto. Te espero lá.

Um abraço a todos,

Idésio Coelho
Presidente do Ibracon

Nesta edição

24 No rumo certo

Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis já produz efeitos benéficos e ajuda empresas a publicarem notas explicativas mais enxutas



Mushakes/Shutterstock



28 Noite de festa

Posse do novo Conselho de Administração e das novas diretorias do Ibracon Nacional e da 5ª Seção Regional foi prestigiada por autoridades, lideranças contábeis e profissionais de destaque do mercado e das entidades reguladoras

34 IFRS 15: é preciso preparar a transição

Reconhecimento de receitas é um tema complexo e as empresas só têm a ganhar se anteciparem a tomada de decisão sobre como e quando fazer a transição

42 As sociedades de contadores e o ISS

Professor Aires Barreto questiona: apesar da clareza da norma, municípios exigem ISS das sociedades uniprofissionais com base no preço dos serviços



48 Perfil

Guy Almeida Andrade:
40 anos dedicados à profissão

27
Sintonia
Fina

32
5ª Conferência
do Ibracon

38
Educação
Continuada

40
Pingos e
respingos

44
Prêmio
Transparência

6 Pequenos grandes geradores de riquezas

Ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos comemora expansão do segmento. E avalia que contabilidade e auditoria são bons instrumentos de gestão para companhias de todos os portes



10 Boa governança pede gestão de riscos

Especialistas apontam os principais instrumentos da boa governança. E destacam o conselho de administração e o comitê de auditoria como elementos estratégicos



16 Uma nova mentalidade

Desenvolvimento social conquista mais espaço na agenda das corporações e novas formas de relacionamento entre o ambiente de negócios e a sociedade são estimuladas, transcendendo o propósito de maximização de lucros

19 Risco cibernético

Ataques de *hackers* ameaçam a segurança da informação e precisam ser considerados como um risco aos negócios, demandando supervisão do conselho de administração



22 O pecado original dos auditores brasileiros

Artigo de Eduardo Pocetti destaca que o auditor independente não é o gestor da empresa auditada, não pode interferir em sua administração e não detém poder de polícia para investigar

Pequenos grandes geradores de riquezas

MINISTRO AVALIA QUE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE SÃO BONS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA EMPRESAS

O ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, tem muito a comemorar. Um dos arquitetos do sistema Simples, que criou um regime diferenciado de tributação para as micro e pequenas empresas, ele assiste, agora, ao sucesso de sua iniciativa de universalizar o acesso ao programa. A adesão das empresas disparou e o desempenho de arrecadação do Simples tem superado o da Receita Federal.

Afif já estuda, inclusive, o Simples Internacional e a liberação de recursos dos depósitos compulsórios dos bancos para linhas de crédito com taxas mais acessíveis para as micro e pequenas empresas.

Ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado

de São Paulo, Afif também foi presidente nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entidade com a qual desenvolve, agora, versões do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), voltadas ao empreendedor e ao microempreendedor individual.

Para ele, o melhor caminho para garantir a sobrevivência das pequenas empresas é investir na capacitação gerencial dos empreendedores.

Nesta entrevista exclusiva à revista *Transparência Ibracon*, Afif diz que vê benefícios na utilização da contabilidade como instrumento de gestão, assim como da auditoria, principalmente para as empresas que precisam garantir crescimento sustentável e acesso aos meios de financiamento.

Qual a importância das pequenas empresas para o Brasil?

Os pequenos negócios são grandes geradores de riqueza, já que respondem por mais de um quarto do PIB brasileiro. São cerca de 10 milhões de micro e pequenas empresas no País. São elas que têm sustentado o emprego no Brasil nos

últimos 10 anos, sendo responsáveis por 84% do saldo de geração líquida de empregos contra 16% gerados pelas médias e grandes empresas.

Apenas entre 2011 e 2014, o setor gerou 4,9 milhões de vagas. Em 2005, as MPE responderam por 1,2 milhão de novos empregos contra 259 mil das grandes e médias. Em

2010, o setor apresentou o maior índice de contratação, com dois milhões de vagas contra 617 mil das demais empresas. Nos três primeiros meses de 2015, mais 65.413 novos empregos foram criados pelas MPE.

Quais são as expectativas de crescimento do segmento para este ano?



O desempenho da arrecadação do Simples é maior do que o desempenho arrecadatório da Receita Federal nos três primeiros meses de 2015. Enquanto, em janeiro de 2015, o Simples arrecadou 6,45% a mais do que em janeiro de 2014, a arrecadação da Receita foi 5,44% menor do que em janeiro do ano passado.

Em fevereiro, a diferença se repete: 6,16% maior na arrecadação de janeiro do Simples, contra uma arrecadação 3,07% menor do que no mesmo mês do ano passado, respectivamente. Em março de 2015, o Simples apresentou crescimento de 5,92% contra a queda de 2,03% na arrecadação da Receita em relação a 2014.

Nos últimos anos, o segmento de micro e pequenas empresas tem apresentado crescimento chinês. Em 2010, as MPE cresceram 19,8%. Em 2011, 8,6%. Em 2012, o avanço

"A REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COMPRAS PÚBLICAS VAI AMPLIAR O MERCADO PARA AS MPE"

chegou aos 14%. No ano passado, houve crescimento real de 7,5%.

Quais os avanços já obtidos pela Secretaria das Micro e Pequenas Empresas?

As micro e pequenas empresas tiveram grandes avanços com a nova legislação que aprimorou a Lei Geral das MPE. A universalização do Simples, por exemplo, é um dos 81

pontos de inovação trazidos pela Lei Complementar nº 147. Com o novo regime de tributação e a inclusão de 143 novas categorias, mais de 500 mil empresas foram beneficiadas.

Há vários avanços em todos os capítulos da Lei Geral. E a Secretaria, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), editou uma cartilha disponibilizada em seu site para orientar a sociedade sobre elas.

Além disso, a partir de setembro de 2014, a baixa automática tornou-se possível por meio das Instruções Normativas 25 e 26 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), que desobrigou as empresas de apresentarem nas juntas comerciais certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas.

O próximo passo é a abertura de empresas em até cinco dias. O



“UMA DAS MINHAS PRIORIDADES É CRIAR UMA ‘RAMPA DE TRIBUTAÇÃO’ E REDUZIR DE 20 PARA SETE AS TABELAS DO SIMPLES NACIONAL”

procedimento será lançado no Distrito Federal. Outros projetos do Programa Bem Mais Simples Brasil estão sendo trabalhados e novas ações deverão ser implementadas até o final do ano.

O senhor poderia adiantar quais

medidas estão sendo estudadas para alavancar ainda mais o setor?

Estamos discutindo no Governo várias medidas de apoio às MPE para aplicação ainda neste ano. Entre elas a liberação de recursos dos depósitos compulsórios dos

bancos para o segmento ter linhas de crédito com taxas mais acessíveis, a regulamentação da política de compras públicas, que vai ampliar o mercado para as MPE, além do Simples Internacional, que visa abrir o mercado externo para os pequenos negócios.

Na ampliação do Simples Nacional foi mantida a tabela de alíquotas tributárias diferenciadas por setor de atividade. Alguns setores, como o de serviços, continuam com uma alíquota muito alta, o que acaba não compensando sair do regime de lucro presumido e optar pelo Simples. O senhor pensa em reduzir essas assimetrias para haver um tratamento mais isonômico?

Uma das minhas prioridades é criar uma ‘rampa de tributação’ para a cobrança de impostos de quem está enquadrado no Simples Nacional e reduzir de 20 para sete as tabelas do Simples.

O objetivo é que, conforme o faturamento cresça e a empresa atinja o teto desse enquadramento tributário, haja uma transição mais suave entre as alíquotas do Simples e do lucro presumido. Hoje as pequenas empresas têm medo de crescer.

Como funcionaria essa “rampa”?

Com o novo modelo, se a empresa passar de uma faixa de cobrança à outra, a nova alíquota será aplicada somente sobre o excedente de faturamento, como no Imposto de Renda, ou seja, sobre a receita que ultrapassou o teto anterior.

Essa questão de revisão do modelo é estrutural e deve ser enfrentada, independentemente da questão da

"AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS TIVERAM GRANDES AVANÇOS COM A NOVA LEGISLAÇÃO"

nova tabela, considerando que os seus resultados foram positivos.

De fato, a inclusão de 143 novas categorias no Simples Nacional, aprovada pela Lei Complementar nº 147/14, surtiu efeito imediato nas adesões registradas em janeiro deste ano. Após o pedido de inclusão de 502 mil empresas ao modelo tributário, a Receita Federal divulgou que 319.882 solicitações foram deferidas, o que representa um aumento de 156% em relação a 2014.

A dificuldade de acesso ao mercado de capitais e a outras formas de financiamento fora do sistema financeiro nacional é um limitador do crescimento das pequenas empresas. De que forma a Secretaria pode ajudar a quebrar essas barreiras?

O Governo Federal estuda ampliar o acesso do crédito para micro e pequenas empresas. O assunto ainda está sendo debatido junto à presidenta Dilma Rousseff e às instituições financeiras.

Fiz uma proposta de usarmos o dinheiro do compulsório para que sejam concedidos empréstimos às MPE com juros menores que os oferecidos pelo mercado.

No âmbito da nova revisão do Simples, também estudamos formas de viabilizar investimentos de fundos e outras pessoas jurídicas

nas MPE, sem que elas percam esse regime tributário mais favorecido. Debates sobre o assunto com diversas entidades e acredito que teremos avanços no Congresso em breve.

O Brasil conta com um número muito baixo de empresas auditadas. Vários países estimulam essa prática em empresas de todos os portes, por entenderem que sua adoção implica em maior transparência e contribui para a melhoria do ambiente de negócios. Como o senhor vê a questão?

O estudo promovido pela FGV fixou um quadro bem esclarecedor da composição do universo empresarial no Brasil: 95,3% das empresas têm receita de até R\$ 3,6 milhões ano, no limite, portanto, do Estatuto da MPE; 4,4% estão no limite do lucro presumido, e somente 0,3% faturam mais de R\$ 78 milhões (pouco mais de 9,4 mil empresas).

Essa grande maioria de MPE, todavia, só detém 14,5% do faturamento total das empresas do Brasil, enquanto as maiores ficam com 54,5%.

Mesmo no Simples, 62% das empresas estão na primeira faixa de tributação, até R\$ 180 mil. Esse panorama explica o número baixo de empresas auditadas, apesar da importância da prática.

Há desafios enormes na própria

utilização da contabilidade como instrumento de gestão e a Secretaria defende que o investimento em capacitação gerencial dos empreendedores é essencial para aumentar a longevidade dos pequenos negócios.

O Sebrae tem atuado fortemente neste sentido e, em conjunto com a Secretaria, está envidando esforços para criar e desenvolver versões do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) voltadas ao empreendedor e ao microempreendedor individual.

Eu acredito que os investimentos maciços em capacitação que já ocorrem – e que têm aumentado os índices de sobrevivência das empresas de menor porte – produzirão, ao longo do tempo, um maior nível de maturidade gerencial.

E essa maturidade demandará serviços de auditoria, principalmente para as empresas que precisam garantir crescimento sustentável e acesso aos meios de financiamento. ✓



Boa governança pede gestão de riscos

GRANDES OPORTUNIDADES PARA EMPRESAS QUASE SEMPRE ENVOLVEM GRANDES RISCOS; UMA BOA GESTÃO É AQUELA QUE SE DEDICA A IDENTIFICAR AS AMEAÇAS E USAR AS MELHORES FERRAMENTAS PARA MITIGÁ-LAS

Todo bom gestor sabe identificar grandes oportunidades de negócio. Em um ambiente desafiador como o do Brasil atualmente, essa habilidade é fundamental aos líderes que desejam conduzir suas corporações rumo ao crescimento com o mínimo possível de solavancos.

Contudo, os caminhos mais promissores frequentemente são, também, aqueles nos quais nos expomos aos maiores riscos. Da expansão da capacidade produtiva à criação de um novo produto, passando pela entrada em mercados ainda não desbravados pela companhia, grandes passos requerem dos líderes movimentos meticulosos.

Eis, então, outra capacidade imprescindível, necessária ao DNA de uma boa liderança empresarial: discernir quais são os principais riscos envolvidos em cada degrau e a melhor forma de gerenciá-los.

Grandes empresas brasileiras, na última década, passaram por maus bocados e, nos casos mais notáveis, as dificuldades pouco tiveram a ver com condições adversas do mercado. É claro que um ambiente de incertezas pesou. Contudo, a gestão ineficiente de riscos e a miopia da governança corporativa estiveram entre os principais golpes que levaram gigantes à lona.

"Toda empresa deveria saber quais são os elementos de uma boa governança corporativa. Algumas até têm essas políticas bem descritas no papel, mas a boa governança tem de existir de fato. Elas precisam funcionar de verdade", diz o presidente do Ibracon, Idésio Coelho.

Ele, no entanto, avalia que a visão do risco está se desenvolvendo no mercado brasileiro. "Cada dia mais executivos entendem que fazer uma boa gestão de risco é sinônimo de fazer uma boa gestão do negócio", acrescenta.

Mercedes Stinco, coordenadora da Comissão de Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), endossa a análise de Idésio Coelho. E acrescenta que a simples consciência dos riscos não é suficiente.

Segundo ela, é preciso que a percepção das ameaças ao negócio esteja disseminada na cultura da organização, desde a cúpula até os escalões mais inferiores. Todos

Divulgação Ibracon



IDÉSIO COELHO

TODA EMPRESA DEVERIA SABER QUAIS SÃO OS ELEMENTOS DE UMA BOA GOVERNANÇA CORPORATIVA

os agentes, desde o conselho de administração e os auditores internos, devem ter um papel bem claro na gestão de riscos. Todos os colaboradores da companhia devem saber responder, com níveis diferentes de profundidade, a perguntas como: estamos atrás de qual oportunidade? que riscos estamos tomando? quem está assumindo esses riscos? quem são as pessoas responsáveis por monitorar essas ameaças?

A coordenadora do IBGC explica que, quanto mais madura, transparente, oficializada e formalizada for a gestão de risco, mais eficiente será todo o negócio da companhia.

"As empresas revisam periodicamente, e com muito cuidado, seu planejamento estratégico. A gestão de risco tem de seguir esse mesmo processo. Os executivos precisam dedicar a ela o mesmo esforço direcionado ao restante", afirma. E destaca, ainda, que é essencial haver uma boa gestão da agenda corporativa. "As empresas precisam analisar com que frequência, ao longo de um ano, realizaram reuniões para discutir estratégia e riscos. E quais serão as pautas das próximas reuniões", ensina Mercedes.

Ela acrescenta que é crucial que os executivos estejam preparados não apenas para discutir o previsível, mas também reservar alguns momentos para considerar questões urgentes e imprevistas.

Comitês ajudam muito

A coordenadora da Comissão de Gerenciamento de Riscos Corporativos do IBGC ressalta que a boa governança é feita com o uso de instrumentos que são comuns à maioria das empresas.

Para Mercedes Stinco, um dos segredos do sucesso é a divisão do trabalho, de modo que o conselho de administração consiga delegar tarefas e contar com o apoio de profissionais que estão mais ligados ao dia a dia da empresa, lidando mais de perto com processos e com os colaboradores.

A forma mais comum de organizar essa divisão da gestão de riscos é com a formação de comitês, que não têm a função de executar tarefas e, sim, de supervisioná-las. “Esses braços do conselho de administração vão, cada um à sua maneira, se aprofundar em temas relacionados às diferentes áreas da empresa e levar suas observações para o conselho. Assim, os conselheiros conseguirão cumprir seus papéis com atenção e tempo necessários para garantir uma boa gestão de riscos, apoiando e orientando os executivos, que estão mais próximos do cotidiano corporativo.”

Mercedes destaca que outro ponto importante é a delineação bem clara de qual é o envolvimento e a tarefa de cada comitê e, dentro dos comitês, de cada membro.

Um dos comitês citados por ela entre os mais importantes para uma boa gestão é o de auditoria interna de riscos e finanças. Ele é um braço



MERCEDES STINCO

COMITÊ DE AUDITORIA INTERNA É UM DOS MAIS IMPORTANTES ELEMENTOS DA BOA GOVERNANÇA

muito forte do conselho, na opinião da especialista, por seu papel fiscalizador.

Na formação clássica, esse grupo é presidido por um membro do conselho de administração. Os profissionais que o integram devem ser especialistas em finanças, com boas noções de gestão de riscos. É papel desse comitê dar todo o apoio para que os auditores internos

possam executar seu trabalho de forma independente, blindados de pressões.

Além disso, a independência também tem a ver com o fato de sua função não estar ligada aos resultados da empresa. Reportar ao conselho de administração, e não à diretoria executiva da companhia, confere ao grupo a liberdade de fiscalizar as finanças da empresa e os riscos



assumidos por ela, à procura de eventuais irregularidades e ameaças.

Outros comitês também têm papel essencial, como o de pessoas e desenvolvimento organizacional. Esse grupo de profissionais também atua de forma independente, se reportando ao conselho de administração, e trata de assuntos ligados à formação de líderes, à sucessão de presidentes e diretores e às políticas de remuneração e benefícios desses executivos.

Há ainda comitês estratégicos mais voltados ao negócio da empresa, segundo Mercedes. Quase sempre esses comitês contam com a presença de algum membro do conselho de administração. Os grupos têm agendas combinadas e atuam junto com os executivos, para se debruçarem sobre a estratégia da companhia.

Independência e formalidade

A coordenadora do IBGC destaca que, se a supervisão por meio da auditoria é a base de uma boa gestão de riscos, a independência dos envolvidos nessa tarefa é o pedestal que sustenta o conjunto. Ela explica que nem sempre as decisões dos executivos são tomadas com cautela e visando o melhor interesse da companhia.

“Às vezes, para atingir uma meta, um diretor ou presidente ultrapassa uma barreira que compromete toda a organização. Eventualmente, ele pode obter um resultado bom, como uma redução de custos, mas a que preço?”, indaga Mercedes Stinco.

Por isso, deve haver profissionais especialistas comprometidos com a empresa, mas que não tenham relação direta com as atividades operacionais, nem se reportem aos executivos. “É fundamental que seja assim. Temos inúmeros exemplos de atitudes de gestores que resultaram em danos de reputação. Esses são os maiores riscos que uma empresa pode correr, porque podem destruir o valor do negócio”, observa.

Segundo Mercedes, comumente, em situações de fracasso empresarial, ou em grandes escândalos, verifica-se a ação de dois “vilões”. O primeiro é a falta de independência para a auditoria interna trabalhar. O segundo é a informalidade que caracteriza a discussão dos processos de governança corporativa.

“As empresas que fracassam, quase sempre, tinham conhecimento sobre gestão eficiente de riscos. São coisas clássicas, todos aprendem”, diz. De acordo com ela, o problema é que esses processos ficam apenas “na conversa”, sem que nada seja escrito, assinado, sem que sejam definidos os envolvidos.

“A governança vai caminhar para bons patamares quando todos esses elementos forem internalizados e formalizados. O que se espera dos conselheiros e executivos é que tudo esteja muito bem combinado nas agendas”, assegura Mercedes.

Câmara de Governança Corporativa

Desde 2003, o Ibracon conta com a Câmara de Governança Corporativa, um fórum para as discussões de temas relacionados às práticas de boa gestão das companhias.

Os participantes debatem questões como auditoria independente, auditoria interna, conselho fiscal, comitê de auditoria e, principalmente, o papel do conselho de administração e da diretoria das companhias sob a ótica da transparência, da ética e da prestação de contas.

“As discussões periódicas são produtivas, porque acabam criando um círculo virtuoso, que ajuda a conscientizar as companhias sobre a importância das boas práticas de governança corporativa.

A boa governança é elemento essencial para a perpetuação dos negócios, com segurança aos investidores, valorização dos profissionais e uma interação saudável com a comunidade”, analisa Sandro Silva, coordenador da Câmara de Governança da 5ª Regional, de São Paulo.



SANDRO SILVA

Internos e externos

A adoção de um modelo de governança ético e transparente se torna um indicativo cada dia mais seguro para o mercado analisar e avaliar as companhias.

“Esse modelo deve estabelecer um conjunto de regras e princípios para nortear as relações entre administradores, conselho de administração, acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, credores e outros envolvidos, além de desenhar a estrutura por meio da qual os objetivos da companhia serão estabelecidos, subsidiados e monitorados”, aconselha Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon.

Para ele, independentemente de as companhias serem abertas ou fechadas, só a estrita atenção aos pilares da governança corporativa tornam as organizações mais transparentes, abertas, organizadas e éticas. “E os bons ambientes de governança requerem demonstrações contábeis auditadas e divulgadas nos canais apropriados”, prossegue Pocetti.

Ele lembra, ainda, que a auditoria interna deve estar subordinada ao conselho de administração ou comitê de auditoria e contar com uma equipe treinada para identificar os riscos da empresa.

“A auditoria independente adiciona um novo elemento positivo. Embora seja um instrumento de mercado, sua ação contribui para a melhoria dos processos de prestação de contas, das informações apresentadas e dos controles internos e de riscos”, diz.

“BONS AMBIENTES DE GOVERNANÇA REQUEREM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AUDITADAS”

A coordenadora do IBGC, Mercedes Stinco, também enfatiza que o comitê de auditoria interna não deve ser confundido com os auditores independentes, que avaliam as demonstrações contábeis das companhias antes da sua divulgação ao mercado.

Segundo ela, os membros do departamento de auditoria interna, reportando-se ao conselho de administração ou comitê de auditoria, escrutinam as informações produzidas pelos departamentos envolvidos com as finanças da companhia, à procura de irregularidades e ameaças.

Eles fazem parte do quadro de funcionários da companhia, mas, no organograma, não se reportam aos executivos, nem desempenham atividades que possam interferir nos resultados financeiros da empresa.

Mercedes destaca que, com um grau ainda maior de independência, os auditores independentes avaliam as informações contábeis das empresas e emitem uma opinião.



EDUARDO POCETTI

“Frequentemente, esses especialistas atuam em conjunto com os auditores internos, responsáveis por compilar os dados relevantes.

Diante de qualquer problema identificado, os auditores independentes reportam suas conclusões ao comitê de auditoria e ao conselho de administração”, explica.

Pocetti acrescenta que o processo de escolha e contratação da auditoria independente, para garantir eficiência e independência, também deve ficar a cargo do conselho de administração. “Ao concluírem sua análise, os auditores independentes apresentam os resultados aos conselheiros, presidente da empresa e diretor financeiro”, diz.

O exemplo do setor financeiro

BANCOS ESTÃO NA DIANTEIRA EM TERMOS DE BOAS PRÁTICAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS



Dada sua importância, complexidade, velocidade e volume das transações que executa, o setor financeiro apresenta certa peculiaridade na gestão de riscos. Tanto que é um dos mais regulamentados no mundo.

Por isso mesmo, há muitos anos, no Brasil, o setor está na dianteira quando o assunto é a adoção de boas práticas para prevenir e proteger o sistema financeiro nacional de riscos sistêmicos materiais.

“A importância desse conjunto de regras é facilmente constatável quando se analisam os últimos dez anos”, diz Francisco Sant’Anna, diretor de Comunicação do Ibracon, que recentemente publicou um artigo sobre o tema.

Ele lembra que, em 2004, por exemplo, houve uma consolidação das regras relativas à prestação de serviços de auditoria independente, incluindo a obrigatoriedade de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de habilitação no exame de certificação do Banco Central, aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade com apoio do Ibracon.

“Também foram definidas questões da independência do auditor perante a entidade auditada e os critérios de substituição periódica dos principais membros da auditoria independente envolvida no processo”, observa Sant’Anna.

Ele recorda que, entre 2006 e 2009, o Conselho Monetário Nacional avançou nas exigências, determinando que as instituições financeiras implementassem estruturas internas de gerenciamento de risco operacional, de risco de mercado e de risco de crédito. Em 2012, veio a obrigatoriedade de criação de uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez.

“Em 2010, uma nova resolução pôs em foco a política de remuneração dos administradores de instituições financeiras, prevendo, por exemplo, que ela deveria ser adequada para atrair profissionais qualificados e experientes para as áreas de controle interno e de gestão de riscos”, acrescenta Sant’Anna.

Na prática, o conjunto de regras existentes, somado ao acompanhamento das autoridades reguladoras do setor, tem levado as instituições financeiras brasileiras a fortalecer suas estruturas de governança.



FRANCISCO SANT’ANNA

Para Sant’Anna, sem dúvida, esse robusto arcabouço de regras é importante para uma governança sólida, que contribua para a diminuição de riscos e o estabelecimento de confiança por parte do mercado.

Mas ele adverte: “O essencial, mesmo, é a existência, nas companhias, de um ambiente de controle adequadamente desenhado, construído sob o guarda-chuva de um modelo de governança ético, transparente e constantemente monitorado.”



Uma nova mentalidade



MAIS QUE LUCROS, EMPRESAS CONSCIENTES VALORIZAM O BEM COMUM E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Brasil avançou muito nas últimas décadas, não apenas no desenvolvimento econômico como, também, nos indicadores de progresso social. E grande parte dessa evolução se deve à maior sinergia entre o poder público e a iniciativa privada, na qual floresce uma nova forma de relacionamento entre o ambiente de negócios e a sociedade, que vai muito além do ganho simplesmente financeiro.

O desenvolvimento social conquista maior espaço na agenda das corporações, que associam a visão de negócios ao debate de estratégias que resultem em impacto positivo para o conjunto da sociedade. Para muitas, mais que realizar negócios, o objetivo é buscar negócios conscientes, voltados ao benefício de todos os *stakeholders*.

“É uma nova cultura, uma nova forma de ver o mundo, segundo a qual o propósito não é apenas gerar lucros, mas também gerar benefícios para todos os *stakeholders*”, explica Carlos Bremer, sócio da EY.

Para ele, essa visão de mundo extrapola os conceitos de cidadania corporativa ou da responsabilidade social. “Trata-se de levar a consciência social para o *core business* da companhia”, explica Bremer.



MONICA FOERSTER

Para Heloisa Montes, sócia da Deloitte, uma vertente desse novo pensamento deu origem ao conceito de finanças sociais, que motiva a união de pessoas interessadas em avançar, juntas, na busca de resultados mais amplos e sustentáveis a partir do fomento de novos mecanismos de investimentos e de parâmetros cada vez mais completos para medir como progredimos e quais impactos são causados à sociedade.

“Já se verifica a formação de um verdadeiro ecossistema em torno de uma nova forma de pensar o desenvolvimento das nações, a partir da definição de perspectivas mais amplas, muito além do ganho simplesmente financeiro”, analisa Heloisa.

Monica Foerster, diretora de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon, endossa a visão de Bremer e Heloisa Montes. “Cresce a percepção de que os recursos devem ser destinados a partir de critérios que ajudem a destravar o desenvolvimento social. E é nosso papel conscientizar os *stakeholders* da importância de os investimentos serem distribuídos dentro de uma lógica de responsabilidade social, em projetos que, de fato, impactem a sociedade como um todo”.

Conscientização global

Conselheiro do Instituto Capitalismo Consciente Brasil (ICCB), entidade sem fins lucrativos, criada em 2013, Carlos Bremer explica que a filosofia da organização se baseia na crença de que uma forma mais complexa de capitalismo está emergindo, que tem o potencial para melhorar o desempenho das empresas e, simultaneamente, promover a qualidade de vida de bilhões de pessoas.

Ele conta que o ICCB representa, no Brasil, o Movimento Conscious Capitalism, cujo objetivo é ajudar a promover uma maior conscientização dos líderes empresariais de que é possível gerar resultados sem perder de vista o atendimento a um propósito nobre da sociedade.

“O movimento Capitalismo Consciente desafia os líderes empresariais a repensar por que suas organizações existem e a reconhecer os papéis de suas empresas no mercado global interdependente”, diz o sócio da EY.

Bremer entende que é possível transformar as empresas em ambientes de desenvolvimento e harmonia. “Não precisa ser um empreendimento social. Toda empresa pode obter resultados positivos sem gerar perdas para a sociedade. Todo negócio pode ter um propósito positivo, desde que conte com uma liderança consciente”, diz Bremer.

Para ele, negócios conscientes adotam um propósito maior, que transcende a maximização do lucro. Bremer explica que o movimento cresce exponencialmente porque, ao levar a consciência social para o *core business* da companhia, o líder daquela



CARLOS BREMER

EMPRESA PODE TER LUCRO SEM GERAR PERDAS PARA A SOCIEDADE

organização inspira uma cadeia de mudanças.

“O líder consciente adquire um senso de propósito persuasivo, que acaba por criar um extraordinário grau de envolvimento para os *stakeholders*, catalisando uma energia organizacional formidável. Ele inspira todos ao seu redor e ajuda a estabelecer uma cultura com regras e indicadores mais conscientes, promovendo uma humanização da empresa”, diz.

O sócio da EY acrescenta que a filosofia do Movimento Capitalismo Consciente difere do conceito de responsabilidade social das empresas, à medida que descortina uma perspectiva global sobre a forma de conceber e construir um negócio.

“Nós defendemos o livre mercado, o empreendedorismo e a concorrência, assim como todos os valores da democracia. Mas entendemos que eles são elementos essenciais de uma economia saudável e inclusiva, assim como a confiança, a compaixão, a colaboração e a criação de valor”, acrescenta.

E destaca que não se trata de ser politicamente correto, mas de entender que, gerando valores emocionais, sociais e financeiros, para a corporação e todos os seus *stakeholders*, os líderes alcançam uma vantagem competitiva de longo prazo.

“Empresas conscientes são explicitamente gerenciadas para o benefício simultâneo de todos os *stakeholders* interdependentes, incluindo clientes, funcionários, investidores, fornecedores e as comunidades maiores nas quais a empresa participa”, enfatiza Bremer.

Dessa forma, todos compreendem que se trata de um sistema interdependente e inter-relacionado. “Ao criar valor para todas as partes interessadas, todo o sistema avança”, diz o sócio da EY.



Ações de alto impacto



Sustentabilidade e engajamento nas questões mais importantes da sociedade. Esse é o conceito que norteia outras iniciativas inovadoras, como o B-Team, grupo composto por 14 referências globais, o Índice de Progresso Social (IPS) e a Força Tarefa de Finanças Sociais, criada para aumentar o volume de recursos destinados a projetos de impacto social no Brasil.

“Essas iniciativas partem do princípio de que, no futuro dos negócios, fatores econômicos nem sempre significarão sucesso”, explica Heloisa Montes, sócia da Deloitte e membro da rede criada para disseminar o IPS no Brasil.

Operando ao lado de ONGs e líderes políticos, o B-Team aponta dez desafios para o empresário do futuro. Os principais são promover a inclusão no mundo empresarial, desenvolver novas estruturas de incentivos aos funcionários e levar as empresas a medirem seu sucesso não apenas em lucros, mas também em contribuições à sociedade.

Para o B-Team, em vez de lucro de curto prazo, as empresas devem buscar equilibrar os benefícios de longo prazo para as pessoas e o planeta.

Finanças sociais

A Força Tarefa de Finanças Sociais é um grupo composto por 20 organizações, lançado no Fórum Brasileiro de Finanças Sociais e Negócios de Impacto, realizado em maio de 2014.



HELOISA MONTES

O conceito de finanças sociais surge como um caminho para viabilizar projetos de impacto social efetivo no País, com iniciativas que possam ser mensuradas, replicadas e expandidas. A premissa é de que há projetos sociais capazes de atrair investidores interessados em fazer coisas boas e ainda serem remunerados por isso.

Já o Índice de Progresso Social (IPS), organizado com apoio de empresas e universidades pela Social Progress Imperative, entidade sem fins lucrativos, se baseia em 52 indicadores para avaliar o progresso social de diferentes países.

O IPS é um índice que agrega indicadores sociais e ambientais, de modo a capturar três dimensões do progresso social: as necessidades humanas básicas, os fundamentos de bem-estar e as oportunidades.

O progresso social é definido como a capacidade de uma sociedade de atender às necessidades humanas básicas de seus cidadãos, estabelecer os componentes básicos que permitam aos cidadãos melhorar sua

FATORES ECONÔMICOS NEM SEMPRE SIGNIFICAM SUCESSO NO FUTURO DO NEGÓCIO

qualidade de vida e criar as condições para as pessoas e as comunidades atingirem seu pleno potencial.

Na edição de 2015, em comparação com outros 132 países analisados pelo índice, o Brasil lidera entre os Brics, seguido por África do Sul, Rússia, China e Índia. O País aparece na 42ª posição no *ranking* geral, mas cai para a 62ª posição quando se trata de educação superior e para a 122ª posição no quesito segurança pessoal.

Na dimensão de necessidades humanas básicas, especialmente em cuidados médicos básicos, moradia e segurança pessoal, o Brasil surge na 74ª posição no *ranking* global.

O IPS reúne diferentes indicadores que podem contribuir para o avanço do progresso social e, inclusive, servir de referência para investimentos diretos em áreas sociais por parte de governos, organizações sem fins lucrativos e empresas.





Risco cibernético

ATAQUES DE HACKERS AMEAÇAM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRECISAM SER CONSIDERADOS COMO UM RISCO DO NEGÓCIO, DEMANDANDO SUPERVISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os frequentes relatos de vazamento de informações e, mesmo, de invasões a complexos sistemas de segurança, como o caso recente de um *hacker* que diz ter acessado dados de voos de companhias aéreas americanas, lançam luz sobre o que pode ser considerado um dos efeitos colaterais do avanço tecnológico: a segurança da informação que circula pela internet. O risco cibernético.

O tema costuma ser diretamente associado a riscos militares, políticos ou ameaças terroristas. No Brasil, ele começa a preocupar as companhias, por conta do impacto que um vazamento pode ter nos negócios e na imagem das organizações.

“A demanda por profissionais nessa área começa a ficar mais sofisticada no mercado brasileiro. Ainda falta muito para atingirmos o nível de mercados mais maduros, como Estados Unidos e Europa. Nesses países, a figura do *chief information security officer* ou *chief cyber security officer* ou simplesmente diretor de gestão da informação já está consolidada. E o perfil desses profissionais é bem definido”, analisa Ana Cláudia Reis, sócia da CTPartners, uma das maiores empresas de recrutamento executivo do mundo.

O aumento da demanda por profissionais para gestão das informações nas organizações também expõe a carência de pessoal qualificado para cargos de gestão na área.

Graduada em Ciências da Computação pela Universidade



ANA CLÁUDIA REIS

Católica de Minas Gerais, com mestrado em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ana fala com a propriedade de quem já atuou nas áreas de TI e como consultora de gestão de empresas nacionais e multinacionais.

Especializada em garimpar no mercado conselheiros e CIOs para a atividade, ela diz que as características desejadas são, basicamente, de um profissional com forte conhecimento de questões de segurança, com um viés muito grande de tecnologia, além de conhecimento complementar de legislação, regulamentação e política. Enfim, uma posição com um papel extremamente estratégico nas organizações, que, lá fora, reporta-se quase sempre diretamente ao *chief executive officer* (CEO), com acesso direto ao comitê de auditoria e ao conselho de administração.

Carência de profissionais fragiliza a organização

No Brasil, no entanto, ainda é comum buscar esse profissional nas áreas de tecnologia, com reporte para o CIO, mas essa não é a melhor posição para a função do ponto de vista organizacional.

“Isso provoca uma desorganização, até porque ainda há algumas questões conflitantes que causam para as áreas de tecnologia um pouco de fragilidade no que diz respeito ao acesso à informação. No Brasil, a demanda começa a acontecer, mas ainda é incipiente do ponto de vista da segurança. Não se vê nenhum profissional mais adequado, nem um nível de reporte apropriado na organização”, alerta Ana.

Guilherme Almeida, responsável pela área de TI do Ibracon, observa que os ataques “não se restringem à pirataria ou ameaças externas. Eles envolvem, também, o aspecto mais tradicional da gestão, que é a própria informação dentro da organização”. Para ele, a fragilidade na gestão da informação deixa a empresa mais suscetível a ataques cibernéticos ou ao roubo de informações relevantes para o negócio.

Diante da escassez de profissionais, os recrutadores recorrem a perfis próximos ao desejado.

“Temos buscado profissionais com experiências importantes nesta função e com competências que sejam transportáveis para a função de gestão do acesso à informação. Na realidade, o mercado tem pouca gente pronta. O que vemos lá fora é que as empresas têm contratado muitos egressos de setores especializados do governo, acostumados com ações antipirataria, anticrime cibernético e com muito conhecimento de legislação. Mas este não tem sido o viés adotado pelo Brasil”, relata Ana.

Segundo ela, o mais comum, no mercado brasileiro, é recorrer a profissionais com algumas das qualificações para a função: geralmente, profissionais voltados para tecnologia do ponto de vista de segurança e gestão de dados e que sejam capazes de escalar para o próximo nível, que é uma forma mais ampla de suporte para o negócio.

Dada a carência de mão de obra, a opção por capacitá-la deve perdurar por um razoável espaço de tempo. Programas



GUILHERME ALMEIDA

EMPRESA FICA
SUSCETÍVEL
AO ROUBO
DE INFORMAÇÕES
RELEVANTES
PARA O NEGÓCIO

de qualificação específica para a função inexistem no País e, de uma forma geral, o que se vê é a aposta na capacidade de profissionais experientes abraçarem a função.

As empresas precisam investir em formação de quadros especializados para a gestão da informação e da segurança, com foco mais técnico do que de negócio, para que este profissional sênior atue.

“Acho que essa posição ainda precisa ganhar mais importância nas organizações brasileiras. É uma função ainda muito relacionada à tecnologia e menos ao negócio. Se a demanda não vem do negócio, significa que o negócio ainda não está enxergando a relevância da posição”, observa a recrutadora.

Um profissional da área no Brasil ganha de R\$ 25 mil a R\$ 40 mil, dependendo do tamanho da organização e a quem ele se reporta.

“É importante reforçar que essa é uma demanda que não pode ficar restrita à área de gestão dos riscos das corporações. É um risco do negócio, que deve estar na agenda dos principais executivos da empresa e do próprio conselho de administração. Só assim ela terá a relevância e o apoio para que possa realmente trazer benefícios à organização para maior controle e gestão das informações e prevenções aos ataques virtuais”, recomenda Ana.

Terceiro pilar da segurança



SANDRA GUERRA

No mercado brasileiro, as companhias já contam com diretores de auditoria interna, com *know how* mais forte em tecnologia e perfil para assumir a função. Os departamentos de auditoria interna também estão mais orientados para a questão financeira do que para os riscos tecnológicos. E até contam com profissionais com a função de gestão de riscos, mas igualmente mais voltados à prevenção de riscos financeiros e operacionais do que propriamente tecnológicos.

“A posição deveria ter muito mais importância do que vem tendo nas organizações. E deveria ser o terceiro pilar de auxílio tanto do departamento de auditoria interna quanto da área de gestão de riscos na prevenção de qualquer tipo de ataque cibernético ou fraude na corporação, como também na disponibilização de dados mais relevantes para que o comitê de auditoria possa atuar”, diz Ana.

“O buraco é bem mais em cima”, resume Sandra Guerra, presidente do conselho do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Para ela, o elemento que mais preocupa é o da governança e da liderança nos altos

níveis das organizações.

Para a executiva, a falta de profissionais à altura dos desafios da cibersegurança decorre exatamente do nível de desenvolvimento destes no mercado. Em um primeiro momento, profissionais que vão para fora ou vêm de fora podem capacitar os que estão aqui. Ou seja, é possível desenvolver rapidamente as competências necessárias.

Na sala do presidente

O desafio, ressalta Sandra, é justamente fazer com que o mais alto nível da organização – o conselho de administração – tenha consciência do risco cibernético.

“Os gestores não necessitam ter uma informação técnica e aprofundada, mas precisam entender que o risco cibernético é um risco corporativo. Não é um risco que deve ficar restrito à área de TI. É um erro pensar que basta contratar profissionais com qualificação técnica específica para resolver a questão da segurança da informação. O risco cibernético está embutido no risco corporativo das atividades. Está entranhado nas próprias atividades da organização”, alerta Sandra Guerra.

A conselheira ressalta que há diversas portas de entrada a ataques e que as empresas, estando vulneráveis, também expõem o negócio ou novo produto a esta vulnerabilidade.

“Este assunto deve estar primeiro na sala do presidente, na sala dos proprietários da empresa, para que entendam que esse é um risco do negócio, um risco corporativo e não um risco da

informação. Claro que é preciso haver gestão de risco pela área de tecnologia, mas sempre sob a supervisão de uma instância superior”, adverte Sandra.

Ela aponta os Estados Unidos como referência do tema, até por ser um mercado que vive situações mais frequentes de ataques. E o que fazer quando eles acontecem? As empresas, de forma até compreensível, só tornam públicos casos que fogem ao controle, evitando ao máximo expor suas vulnerabilidades. Alguns mercados já estão tomando providências no âmbito da regulação. A orientação da conselheira do IBGC é que, independentemente do que a lei determina, todos os ataques sofridos sejam repassados para os órgãos estatais.

Ana, da CTPartners, também indica os Estados Unidos como referência, por ser um mercado no qual a área encontrou a devida relevância nas organizações. Lá, já se percebe uma demanda grande por profissionais experientes, que muitas vezes fazem a transição de departamentos governamentais para empresas privadas, carregando consigo um conhecimento relevante das questões tecnológicas relacionadas aos crimes cibernéticos e também de legislação, regulamentação e política de prevenção.

“Acho que eles se organizaram de uma forma muito rápida para que essa função fosse importante nas organizações. As sedes das grandes corporações multinacionais, na maioria dos casos, estão nos Estados Unidos e muitas delas foram alvos recentes de roubo de informação e fraudes”, diz Ana. ✓

O pecado original dos auditores brasileiros

O AUDITOR INDEPENDENTE NÃO É O GESTOR DA EMPRESA AUDITADA, NÃO PODE INTERFERIR NA SUA ADMINISTRAÇÃO E NÃO DETÉM PODER DE POLÍCIA PARA INVESTIGAR. POR ISSO MESMO, É INJUSTA A PREMISSE DE SUA RESPONSABILIDADE PELO PECADO ALHEIO

Tem se verificado algumas vezes em nosso país a tentativa de atribuir culpa aos auditores independentes por fraudes e/ou equívocos cometidos por empresas auditadas e os consequentes danos acarretados a pessoas físicas e jurídicas. Em alguns casos, os profissionais e suas firmas sofrem até mesmo o arresto de bens, antes que possam manifestar-se nos processos.

Observa-se o uso de um conceito, injusto e distorcido, de que auditores expiam uma espécie de pecado original pelos erros e atos de terceiros, em quaisquer circunstâncias e independentemente de cumprirem os protocolos técnicos inerentes aos seus serviços.

É como se não fossem eles os primeiros aos quais se procura enganar, com sonegação de informações, dados corrompidos e atitudes furtivas, quando há intenção prévia de se cometer algo ilícito no âmbito de uma empresa.

Os problemas que têm afetado a profissão, nos poucos casos notados, são tão graves que, de culpado solidário, o que já é totalmente inadmissível, o auditor torna-se o único condenado por ato cometido pela corporação auditada, e esta – pasmem! – é isenta de qualquer responsabilidade.

Não é preciso descrever os detalhes desses casos recentes para se entender a gravidade de algumas decisões judiciais que atingem os auditores, responsabilizados em episódios sobre os quais não têm nenhum controle ou decisão. Assim, é importante conhecer melhor a natureza, a abrangência e os limites do trabalho dos auditores, para que não se forme uma “jurisprudência de culpa”, que os vai rotulando no País, ao arrepio das normas de auditoria.

Auditoria não é apólice de seguro! E auditor independente não é garantidor da inexistência de erros ou fraudes nas demonstrações contábeis, não é um certificador

da autenticidade do balanço nem avalista das demonstrações da entidade que audita.

A responsabilidade dos auditores independentes, conforme estabelecem as normas brasileiras e internacionais de auditoria, é realizar trabalho visando a obter uma segurança razoável, mas não absoluta, de que as demonstrações contábeis das organizações auditadas estão livres de distorções relevantes.

Os procedimentos de auditoria dependem do julgamento do auditor e incluem a avaliação da possibilidade de ocorrência de distorção relevante, independentemente se causada por erro ou por fraude. Porém, mesmo seguindo-se rigorosamente os quesitos técnicos, há um risco inevitável, e não desprezível, de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis não sejam detectadas.

A norma descreve que “o objetivo



Eduardo Pocetti

Presidente do Conselho de Administração do Ibracon

da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável”.

As normas profissionais e a legislação aplicáveis definem que é da administração a responsabilidade pela condução dos negócios de uma companhia, pelo estabelecimento de uma estrutura de governança apropriada, bem como pela preparação de demonstrações contábeis fidedignas.

Está muito claro na leitura das normas profissionais que o resultado do trabalho dos auditores depende muito do acesso pleno aos dados das empresas auditadas. Quando informações e números lhes são sonegados ou quando os documentos não representam

A REGRA É CLARA: O RESULTADO DO TRABALHO DOS AUDITORES DEPENDE MUITO DO ACESSO PLENO AOS DADOS DAS EMPRESAS AUDITADAS

efetivamente as operações acordadas, eles não têm como identificar essas situações de risco, ou mesmo distorções.

Afinal, quem deseja fraudar um balanço, escamotear resultados financeiros e contábeis ou desrespeitar regras legais do mercado não se pauta pela transparência nem é amigo da verdade. Nesses casos, em especial quando há má intenção, a primeira pessoa a ser ludibriada é o auditor.

Apesar disso, as ações preventivas e intervenções bem-sucedidas das auditorias, no sentido de evitar que organizações lesem os seus sócios, clientes e a economia popular, são de fato a regra. As exceções referem-se aos casos em que os auditores não conseguem detectar essas distorções, mesmo tendo adotado os procedimentos previstos nas normas. Essas exceções, contudo, considerando o imenso número de empresas auditadas todos os anos, representam percentual ínfimo, mas de grande impacto midiático.

O auditor não é o gestor da empresa auditada, não pode interferir na sua administração e não detém poder de polícia para investigar. Por isso mesmo, a não ser quando se prove concretamente sua conivência (e prova não se confunde com afirmações unilaterais), é injusta a premissa de sua responsabilidade pelo pecado alheio. ✓

No rumo certo

ORIENTAÇÃO DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS JÁ MOSTRA EFEITOS BENÉFICOS E AJUDA EMPRESAS A PUBLICAREM NOTAS EXPLICATIVAS MAIS ENXUTAS

Quem trabalha diretamente – ou tem, pelo menos, alguma relação – com a publicação de informações contábeis em empresas de capital aberto sabe da importância das notas explicativas. Essa relevante seção das divulgações periódicas de resultados corporativos vem sendo alvo de um extenso debate.

O assunto tornou-se pauta frequente nas reivindicações de quem defende as melhores práticas na publicação de balanços. O ponto central das discussões era aumentar a qualidade e objetividade das notas.

Segundo profissionais de contabilidade e finanças familiarizados com o dilema, com receio de serem enquadradas em alguma irregularidade pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as companhias muitas vezes, ao divulgar notas explicativas, optam por incluir o máximo de informações possível. Na maior parte dos casos, sobram informações desnecessárias. A quantidade se coloca acima da qualidade, em prejuízo de todos.

As companhias têm de arcar com os altos custos de publicação dos relatórios. Os analistas, por sua vez, são expostos a um grande volume de informações, que prejudicam seu fluxo de trabalho. E, finalmente, o investidor, que está entre os principais interessados em ler as notas explicativas, acaba sendo repellido pelo calhamaço que acompanha a divulgação do balanço.

Em novembro de 2014, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou a orientação OCPC 07, sobre o conteúdo e a qualidade das notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis das companhias brasileiras.

Segundo levantamentos prévios, já no primeiro trimestre de 2015, empresas que seguiram as indicações da OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros



ALDO BERTOLUCCI



SILVIO TAKAHASHI

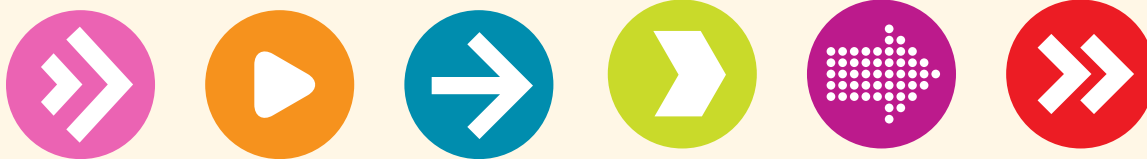
de Propósito Geral conseguiram reduzir o volume de suas notas explicativas em 25%, em média.

Esse percentual é significativo, dado que, há menos de um ano, as companhias tinham dificuldade até para começar a discutir o assunto. Segundo Silvio Takahashi, “a OCPC 07 foi toda baseada em normas já existentes e conhecidas, mas que as empresas não estavam aplicando da forma correta”.

Na qualidade de coordenador de Relações Internacionais do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), coordenador do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) e membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), ambas do Ibracon, ele explica que a orientação apenas compilou e apresentou os principais pontos sobre a melhor forma de elaborar as notas explicativas.

O cerne do comunicado é manter o foco das empresas, ao prepararem seus relatórios, nos conceitos de materialidade e de relevância das informações contábeis. Segundo Aldo Bertolucci, da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM e membro convidado do CPC, um grupo de trabalho coordenado pelo órgão regulador analisa a questão das notas explicativas.

“Notamos que as empresas em todo o mundo criaram uma espécie de *checklist* e, ano após ano, repetiam informações desnecessárias, que muitas vezes nem se aplicavam aos setores em que elas atuavam.”



Os primeiros resultados

Os especialistas concordam que ainda é cedo para medir de forma precisa o impacto da OCPC 07 no volume de notas explicativas dos balanços divulgados no quarto trimestre de 2014 e no primeiro trimestre de 2015. A CVM, em conjunto com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), prepara um levantamento com cerca de 400 empresas do mercado brasileiro, abertas e de capital fechado. O resultado deve ser divulgado em julho, em evento organizado pela própria associação das empresas abertas. Contudo, levantamentos iniciais apontam para uma resposta promissora do mercado.

De acordo com Alexandre Furtado, assessor econômico da Abrasca, uma sondagem com 10 empresas brasileiras de capital aberto, de diferentes portes e setores, feita no começo de 2015, mostrou que seis dessas companhias conseguiram reduzir o volume de notas explicativas ao seguirem os parâmetros da OCPC 07.

“Uma resposta positiva de 60% nos animou a fazer o levantamento maior, com as 400 empresas, para avaliar com maior precisão o impacto da orientação do CPC”, explica Furtado.

Das seis empresas que reduziram o volume de suas notas explicativas, quatro delas observaram uma queda de 25% na quantidade de informações. De acordo com Bertolucci, há alguns resultados com empresas maiores e mais conhecidas que chegam a impressionar.

Segundo ele, uma empresa do ramo de *softwares* de gestão, reduziu suas notas em quase 40%. “Uma equipe de profissionais dessa companhia acompanhou a evolução dos trabalhos do grupo de estudos e logo se ofereceu para trabalhar o tema com muito interesse. Eu tive contato com eles por troca de mensagens e sei que trabalharam muito para seguir a nova orientação”, revela Bertolucci.

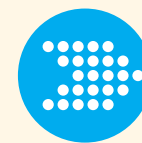


ALEXANDRE FURTADO

Segundo Furtado, no levantamento com as 10 companhias, além da investigação sobre o volume de notas explicativas, as empresas também foram perguntadas sobre possíveis problemas com auditores e analistas. De acordo com as respostas, nenhuma das companhias que reduziu o volume de notas foi questionada ou punida pela falta de informações relevantes.

“Por isso, destacamos a importância de um trabalho constante e em conjunto, envolvendo a CVM, os auditores, os analistas e os investidores. Quando é feito dessa forma, temos resultados positivos, como os que observamos”, afirma.

De acordo com ele, embora a amostra seja pequena, as constatações do levantamento dão uma injeção de ânimo no processo. “Antes, havia verdadeira aversão a se falar em remodelar, reduzir as notas explicativas. Mas, agora, há sinais extremamente positivos”.



Perspectivas

À primeira vista, os resultados do levantamento mostram que a mudança imediata na elaboração de relatórios e, especificamente, das notas explicativas, será mais quantitativa do que qualitativa.

“No primeiro momento, cremos que haverá uma redução no volume, como já observamos nessa análise prévia. O passo seguinte será uma melhora na qualidade das informações que vão compor esses relatórios”, explica Furtado. Dados que não interessam ao investidor e repetições desnecessárias tendem a sair das páginas de notas explicativas.

Os especialistas preveem o fim de ocorrências vistas com frequência nos relatórios, como a recordada por Bertolucci, do CPC: “Em minha carreira como contador, trabalhei em uma grande empresa do setor de pneus e, certa vez, em um relatório, havia uma nota que dizia ‘o Imposto de Renda foi calculado de acordo com a legislação’. Ainda bem! Como se pudesse ser diferente. Essas informações são absolutamente desnecessárias e devem, aos poucos, deixar as páginas de notas explicativas”, avalia.

O consenso entre os profissionais que estão avaliando o impacto da OCPC 07 sobre os relatórios é o de que, se seguidas, as orientações devem fazer com que as empresas sejam capazes de reduzir em, no mínimo, 25% o volume de suas notas, como já foi observado nos estudos iniciais. Os especialistas avaliam que os resultados são positivos e mostram que há muito espaço para as empresas aprimorarem seus relatórios. “A orientação e os primeiros sinais vão ajudar a criar uma vibração positiva no mercado”, diz Furtado.

Ao longo do tempo, questões essenciais, como a relevância das informações prestadas e a ordem em que devem aparecer na seção de notas, entrarão na pauta de maneira mais presente, contribuindo para o aprimoramento. O assessor econômico da Abrasca avalia que a evolução do debate trará benefícios para todos os usuários das notas explicativas. “Para as empresas, por exemplo, será excelente do ponto de vista de custos, porque a publicação obrigatória dessas informações em jornais é bem onerosa.”

ORIENTAÇÃO CHAMOU A ATENÇÃO DO IASB

O movimento de aceitação das proposições da OCPC 07 deve ser gradual, segundo observa Takahashi. “Pelo que venho acompanhando no dia a dia, as empresas preferem acompanhar os movimentos do mercado antes de tomarem a iniciativa, preferem esperar os pioneiros. Algumas companhias já começaram a se mexer, entre elas, grandes empresas de capital aberto de setores como siderurgia, varejo, prestação de serviços e manufaturas em geral. A partir do momento em que várias entram nesse movimento, muitas outras devem se contagiar”, afirma.

De acordo com Bertolucci, a OCPC 07 já chama a atenção de organismos internacionais ligados às boas práticas de divulgação de informações financeiras. Uma versão em inglês das orientações, encaminhada ao International Accounting Standards Board (Iasb), foi bem recebida pela entidade.

Agora, com uma jornada promissora adiante, os especialistas destacam que as ideias contidas na OCPC 07 deverão amadurecer a visão dos profissionais que preparam as informações contábeis. Todos destacam como essencial uma ampla participação dos envolvidos na cadeia: os conselhos de administração e as diretorias das empresas, contadores, auditores, advogados, investidores, a CVM e demais participantes. “Todos têm de trabalhar a favor dessa melhora na qualidade das demonstrações contábeis”, finaliza Bertolucci.





Código de Ética em audiência pública

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil criou um grupo de trabalho para analisar o *exposure draft* divulgado pelo International Ethics Standards Board for Accountants (lesba) com propostas de alterações no Código de Ética Profissional para Contadores.

O lesba é o comitê normatizador que analisa e endereça as questões relativas a normas éticas de alta qualidade e outros pronunciamentos para contadores profissionais em todo o mundo. A entidade é a responsável pelo Código de Ética Profissional para Contadores, que estabelece os requisitos éticos para os profissionais. No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é a entidade responsável pelo Código de Ética do Profissional da Contabilidade, em alinhamento ao Código de Ética da Federação Internacional dos Contadores (Ifac), que congrega o lesba.

A proposta estabelece um novo quadro para orientar os auditores independentes e contabilistas, que operam nos setores público e privado, quando se deparam com um ato ou suspeita de não-conformidade com as leis e

regulamentos vigentes. A intenção é fornecer orientações sobre a melhor forma de agir no interesse público.

O primeiro projeto do lesba sobre o tema foi emitido em agosto de 2012 e submetido a mesas-redondas realizadas em Hong Kong, Bruxelas e Washington. A presente norma revisada e posta em audiência pública procura responder às preocupações levantadas pelos profissionais.

No comunicado, o lesba afirma acreditar que o novo enquadramento proposto representa “um modelo holístico, proporcional e equilibrado para enfrentar situações complexas”.

O documento informa que o lesba busca um *feedback* para questões fundamentais envolvendo a ética profissional.

Além do *exposure draft*, o lesba também desenvolveu uma breve visão geral do padrão proposto. O documento ficará em audiência pública até o dia 4 de setembro.

Cartas-conforto

O Ibracon emitiu, dia 22 de maio, o Comunicado Técnico (CT) 01/2015.

O objetivo deste CT é orientar os auditores independentes quanto aos procedimentos que devem ser observados quando o profissional for contratado para emitir carta-conforto em conexão com um processo de

oferta de títulos e valores mobiliários.

As cartas-conforto visam a auxiliar o coordenador da oferta de títulos e valores mobiliários no processo de diligência sob sua responsabilidade.

O comunicado técnico é composto,

também, por anexos com modelos de cartas-conforto para diferentes situações.

O CT 01/2015 entrou em vigor a partir da data de sua emissão, revogando e substituindo a NPA 12, emitida pelo Ibracon em 7 de março de 2006.

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

O Ibracon divulgou ofício emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com orientações sobre o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

(MCSE). O documento pode ser acessado na área exclusiva para os associados no Portal do Ibracon, em www.ibracon.com.br.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.

Noite de festa



IDÉSIO COELHO, PRESIDENTE DA DIRETORIA NACIONAL DO IBRACON



EDUARDO POCETTI, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA DA 5ª



IDÉSIO COELHO, EDUARDO POCETTI E ERONIDES APARECIDO DOS SANTOS, PROMOTOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



ANTONIO CASTRO, PRESIDENTE DA ABRASCA, E IDÉSIO COELHO



ANTONIO CARLOS MACHADO, PRESIDENTE DA ANEFAC, E HAROLDO LEVY, COORDENADOR DO CODIM



PROFESSOR NELSON CARVALHO, DA FIPECAFI, IDÉSIO COELHO E FERNANDO TORRES, DO JORNAL VALOR ECONÔMICO

A festa de posse da nova diretoria do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, para a gestão 2015/2017, foi prestigiada por autoridades, lideranças contábeis e profissionais de destaque do mercado e

das entidades reguladoras.

“A presença de todos nos deixou altamente honrados. E, ao mesmo tempo, ressaltou a responsabilidade que assumimos ao tomar posse na direção

do Ibracon, entidade que conquistou o papel de importante representante da profissão”, afirma o novo presidente da Nacional, Idésio Coelho. Confira, nesta e nas próximas páginas, alguns participantes da cerimônia.



SÉRGIO DIAS, PRESIDENTE DA 5ª REGIONAL DO IBRACON, AMADOR ALONSO, EX-PRESIDENTE DA ANEFAC, IDÉSIO COELHO E JOSÉ DONIZETE VALENTINA, VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO CRC-SP



MONICA FOERSTER, DIRETORA DE FAPMP DO IBRACON, E ANGELA ZECHINELLI ALONSO, CONSELHEIRA NO CRC-SP



JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, MARY ELBE QUEIRÓS, DA QUEIROZ ADVOGADOS ASSOCIADOS, E ADEILDO OSÓRIO DE OLIVEIRA, MEMBRO DO CA DO IBRACON



GUY ALMEIDA ANDRADE, EX-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IBRACON, MARTONIO ALVES COELHO, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC), EDUARDO POCETTI E IDÉSIO COELHO



MARCOS QUINTANILHA, MEMBRO DO GT ENERGIA DO IBRACON, PLÍNIO BISICALCHIN, ASSESSOR TÉCNICO DO IBRACON, E MARCO AURÉLIO FUCHIDA, SUPERINTENDENTE DO IBRACON



ANTONIO CARLOS MACHADO, CARLOS ROBERTO MATAVELLI, EX-PRESIDENTE DA ANEFAC, E AMADOR ALONSO RODRIGUES

Convidados destacam trabalho do Ibracon

“O País clama por ética, transparência e eficiência. Nesse contexto, a auditoria independente torna-se ainda mais importante. Nós, que militamos na área contábil, temos o desafio de ajudar o País a retomar esses valores.” A afirmação é do presidente do Sescon/SP e Aescon/

SP, Sérgio Approbato Machado Júnior, que prestigiou a festa de posse do Ibracon.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Martonio Alves Coelho, destacou o papel do Ibracon, por sua “admirável trajetória

de vitórias e muito trabalho em prol da contabilidade e da auditoria independente”.

A vereadora Edir Sales, vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, ressaltou a importância do fortalecimento da classe contábil.



ZULMIR IVÂNIO BRED, VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO CFC, E VERÔNICA SOUTO MAIOR, VICE-PRESIDENTE TÉCNICA DO CFC



VEREADORA EDIR SALES, SÉRGIO APPROBATO MACHADO JÚNIOR, PRESIDENTE DO SESCON E AESCON-SP, PEDRO MELO, CONSELHEIRO DO IBRACON, E EDUARDO POCETTI



ALFRIED PLÖGER, COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO CPC, MARTONIO ALVES COELHO, PRESIDENTE DO CFC, MARIA CLARA BUGARIM, PRESIDENTE DA ABRACICON E CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS, IDÉSIO COELHO E ANTONINHO MARMO TREVISAN, PRESIDENTE DA TREVISAN ESCOLA DE NEGÓCIOS



MARCO FABBRI, DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DA 5ª SR DO IBRACON, MÁRCIA RUIZ ALCAZAR, VICE-PRESIDENTE DE FISCALIZAÇÃO DO CRC-SP, E CARLOS ATUSHI NAKAMUTA, DO GT PREVIDÊNCIA PRIVADA DO IBRACON



Guy Almeida Andrade, ex-presidente do Conselho de Administração do Ibracon, recebe de Eduardo Pocetti o prêmio Destaque Profissional, concedido a personalidades que se notabilizaram pela dedicação e contribuição com o desenvolvimento da profissão no Brasil.



Novas diretorias

Na festa, foram empossados o novo Conselho de Administração do Ibracon, composta por Rogério Garcia (Técnico), Francisco de Paula dos Reis Júnior (Administração e Finanças), Carlos Sousa (Desenvolvimento Profissional), Francisco Sant'Anna (Comunicação), Monica Foerster (Firmas de Auditoria

de Pequeno e Médio Portes) e Adelino Dias Pinho (Regionais).

Também foi empossada a nova diretoria da 5ª Seção Regional, de São Paulo, presidida por Sérgio Dias, que tem como diretores Carlos Augusto Pires, Marcos Venício Sanches, Marco Antonio Fabbri, Valdir Campos Costa, Luiz Claudio Granados e Osvaldo Roberto Nieto.

Em seu discurso, Adelino Dias Pinho afirmou: "O Ibracon está muito vivo e cada vez mais forte. Juntos, somamos esforços para fortalecer ainda mais a presença do Ibracon em todo o País", disse referindo-se ao trabalho dos presidentes das sete Seções Regionais (SR) do Ibracon, nas fotos abaixo: ✓



DIRETORES DA NACIONAL: ROGÉRIO GARCIA, FRANCISCO DE PAULA DOS REIS JR., MONICA FOERSTER, ADELINO DIAS PINHO E FRANCISCO SANT'ANNA



SÉRGIO DIAS, PRESIDENTE DA 5ª REGIONAL, E OS DIRETORES CARLOS AUGUSTO PIRES, MARCOS SANCHES, MARCO FABBRI, VALDIR CAMPOS COSTA E LUIZ CLAUDIO GAONA GRANADOS



PAOLO GIUSEPPE DE ARAÚJO
(1ª SR)



MARCELO GALVÃO GUERRA
(2ª SR)



PAULO BUZZI FILHO
(3ª SR)



PAULO CEZAR SANTANA
(4ª SR)



SÉRGIO DIAS DA SILVA
(5ª SR)



MARCELO SAWERYN
(6ª SR)



ANTOMAR DE OLIVEIRA RIOS
(9ª SR)





5ª Conferência do Ibracon

EVENTO É REFERÊNCIA NO CALENDÁRIO DA CLASSE CONTÁBIL POR ANTECIPAR TENDÊNCIAS E CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES



AMARO GOMES



LUÍS FERNANDO NÓBREGA



ANTONINHO TREVISAN



LEONARDO PEREIRA



RICARDO LIÃO



VERÔNICA SOUTO MAIOR

Mercado de capitais, ética no ambiente de negócios, governança, prevenção a fraudes e atualidades das IFRS. Esses são alguns dos temas em destaque na 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, que acontece dias 3 e 4 de agosto.

A Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente está entre os mais importantes eventos de contabilidade e auditoria independente do Brasil. Tornou-se referência no calendário da classe contábil e empresarial, por debater temas relevantes da área, antecipar cenários e contribuir com o desenvolvimento e a atualização profissional.

Um dos convidados do primeiro dia do encontro é Christopher Arnold, gerente Técnico da Federação Internacional dos Contadores (Ifac), que vai falar sobre as oportunidades e desafios vivenciados pelas Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) internacionalmente.

Outro palestrante de destaque é Leonardo Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que falará sobre *Cenários e Perspectivas do Mercado de Capitais*. No mesmo dia, a diretora da CVM Luciana Dias vai debater o tema *Governança e Prevenção*

à *Fraude* com Anthero de Moraes Meirelles, diretor de Fiscalização e Regulação do Banco Central, entre outros convidados.

No segundo dia, a 5ª Conferência do Ibracon apresenta um painel sobre *Atualidades das IFRS*, com a participação de Amaro Gomes, do International Accounting Standards Board (IASB), e Verônica Souto Maior, vice-presidente Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O tema *Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro* será debatido por Ricardo Lião, secretário executivo do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), com a participação de Eronides Aparecido dos Santos, promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo, e Luiz Fernando Nóbrega, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), entre outros convidados.

A 5ª Conferência apresenta, ainda, um debate com a participação do professor Eliseu Martins, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), e do presidente da Trevisan Escola de Negócios, Antoninho Marmo Trevisan, sobre *A Adoção das IFRS e as Questões Tributárias*.



Filosofia e ética



Divulgação

O filósofo, escritor e educador Mário Sérgio Cortella também está na programação da 5ª Conferência do Ibracon.

Famoso por seus comentários na rádio CBN, onde fala de tudo um pouco, sempre com maestria, Cortella fará palestra sobre *Ética no Ambiente de Negócios*.

Onde

A 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon será realizada no Amcham Business Center, localizado na Rua da Paz, 1.431, Bairro Chácara Santo Antônio, São Paulo, Capital.



Programação

Confira a programação completa no *hotsite* da Conferência: www.ibracon.com.br/conferencia.

Nele você encontra, também, a apresentação dos painelistas e palestrantes, além de fotos e vídeos da edição anterior, com depoimentos de participantes.

Vagas limitadas

Reserve já a sua agenda e faça sua inscrição.

A 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon oferece, também, uma excelente oportunidade para *networking*.

Inscrições antecipadas recebem, gratuitamente, uma licença do e-Book IFRS 2014. ✓

IFRS 15: é preciso preparar a transição

Publicada em maio de 2014, com data prevista para vigência em 2017, a IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes vem preocupando o mercado global, em particular o Brasil, uma vez que seu conteúdo vai levar à revogação de uma série de normas e orientações dos reguladores nacionais.

A IFRS 15 é uma norma conjunta do International Accounting Standards Board (Iasb) e do Financial Accounting Standards Board (Fasb), que substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente em IFRS e US Gaap (Generally Accepted Accounting Principles, o padrão contábil adotado nos Estados Unidos).

As novas exigências afetarão quase todas as empresas que preparam demonstrações contábeis – algumas mais, outras menos.

“A boa notícia é que o Iasb colocou em audiência pública o tão esperado *exposure draft* no qual propõe adiar a vigência da IFRS 15 para 1º de janeiro de 2018”, explica Ahmed Sameer El Khatib, coordenador Técnico do Ibracon.

Ele é um dos representantes do Instituto no GT Iasb-CPC, criado pelo Conselho Federal de



AHMED KHATIB

IASB PROPÕE ADIAR INÍCIO DE VIGÊNCIA DA NOVA NORMA

Contabilidade (CFC) para analisar os *exposure drafts* e *discussion papers* propostos pelo Iasb e oferecer ao CPC sugestões com base na realidade brasileira, a serem enviadas ao Iasb.

“Como organismo normatizador envolvido no estudo, desenvolvimento e emissão de normas contábeis,

RECONHECIMENTO DE RECEITAS É UM TEMA COMPLEXO E AS EMPRESAS SÓ TÊM A GANHAR SE ANTECIPAREM A TOMADA DE DECISÃO SOBRE COMO E QUANDO FAZER A TRANSIÇÃO PARA A NOVA NORMA



interpretações e orientações para as empresas brasileiras, o CPC enviou voto favorável à nova data de vigência da IFRS 15”, explica Ahmed.

“O adiamento é positivo porque a implementação da IFRS 15 é uma preocupação real para as empresas”, endossa Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional. Mas ele alerta que as companhias devem ter em vista que certas decisões precisam ser tomadas o mais breve possível, independentemente do adiamento do início de vigência.

“É preciso definir como e quando fazer a transição para a nova norma. Uma decisão antecipada permitirá que as empresas desenvolvam um plano de implementação eficiente e informem os seus principais *stakeholders*”, aconselha o diretor.

Para ele, a nova norma representa o êxito de um esforço de convergência entre as IFRS e os princípios contábeis adotados nos Estados Unidos. “A partir de sua vigência, centenas de países, incluindo os EUA, reportarão suas receitas comungando os mesmos princípios e requerimentos contábeis”, finaliza Garcia.



ROGÉRIO HERNANDEZ GARCIA

Norma terá impactos

Dada a importância do tema, a 5ª Seção Regional do Ibracon, em São Paulo, realizou o curso IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes. “Decidimos oferecer o curso porque a nova norma representa uma mudança de mentalidade e vai impactar diversos aspectos do reconhecimento de receitas das companhias”, explica Ahmed Sameer El Khatib, que ministrou o curso.

Ele explica que a reavaliação de contratos tomará muito tempo e será preciso adotar um novo modelo de contraprestação variável, sem contar o impacto potencial sobre remuneração de contratos.

A IFRS 15 aplica-se à contabilização de receitas de todos os contratos com clientes, exceto os de arrendamento mercantil, de seguro, instrumentos financeiros e outros direitos e obrigações contratuais abrangidas pelos pronunciamentos IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 – Acordos Conjuntos, IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, IAS 28 – Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*.



AHMED KHATIB

CURSO DO IBRACON DETALHOU MUDANÇAS NO RECONHECIMENTO DE RECEITAS

“A transição pode exigir o emprego de sistemas paralelos e a coleta de dados históricos”, diz Ahmed Khatib.

O curso detalhou, ponto a ponto, a nova norma, apresentando os cinco passos essenciais para o atendimento do princípio geral da IFRS 15, para se

determinar quando uma receita deve ser reconhecida e por qual montante. São eles:

- ✓ Identificação de contrato(s) com um cliente,
- ✓ Identificação das obrigações contratuais de desempenho,
- ✓ Determinação do preço da transação,
- ✓ Alocação do preço da transação às obrigações contratuais de desempenho,
- ✓ Reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz suas obrigações de desempenho.

Normas substituídas pela IFRS 15 e correlação com normas do CPC	
Norma IFRS	Norma correlata CPC
IAS 11: Contratos de construção	CPC 17: Contratos de construção
IAS 18: Receitas	CPC 30 (R1): Receitas
IFRIC 13: Programa de fidelidade	CPC 30 (R1): Interpretação A
IFRIC 15: Contratos de construção do setor Imobiliário	ICPC 02: Contrato de construção do setor imobiliário
IFRIC 18: Recebimento transferência ativos de clientes	ICPC 11: Recebimento transferência ativos de clientes
SIC 31: Permuta, em serviços de publicidade	CPC 30 (R1): Interpretação B

Ibracon participa do Ifass 2015

ENCONTRO REUNIU REPRESENTANTES DE TODOS OS GRUPOS REGIONAIS QUE ENCAMINHAM CONTRIBUIÇÕES TÉCNICAS AO IASB

O Ibracon representou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no International Forum of Accounting Standard Setters (Ifass 2015), realizado em Dubai, nos Emirados Árabes, reunindo entidades de mais de 40 países.

Presidido por Tricia O'Malley, o Ifass congrega os normatizadores contábeis de todo o mundo e apoia o International Accounting Standards Board (Iasb) em sua missão de criar um conjunto único de normas de contabilidade globais, de alta qualidade, claras e exequíveis, visando à transparência e comparabilidade das informações.

O Ifass 2015 contou com a participação de representantes de todos os grupos regionais que encaminham contribuições técnicas ao Iasb.

"O encontro foi aberto com a discussão do plano de trabalho do Iasb, seguida da apresentação dos projetos em desenvolvimento na IFRS

Foundation", conta o coordenador da área Técnica do Ibracon Ahmed Sameer El Khatib, que representou o CPC no evento. A seguir, os grupos representantes das várias regiões relataram o andamento de seus projetos.

Na ocasião foi discutida a agenda de trabalho do Iasb, com destaque para os seguintes temas:

- Leases: após recebidas as considerações acerca do *exposure draft* de 2013, o *board* do Iasb consolidou os comentários que seriam incluídos na norma final e estuda, agora, a data da efetiva aplicação da norma. O documento será emitido no último trimestre deste ano;

- Macro Hedging, Accounting for Dynamic Risk: não há prazo definido para a publicação do *exposure draft*, o que deverá ocorrer apenas em 2016;

"Outro assunto tratado foi o Post-implementation Review (PIR) da

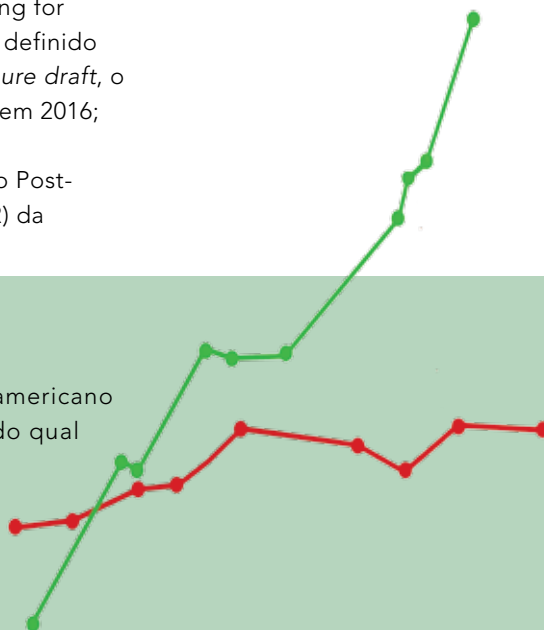
IFRS 3 – Combinação de Negócios, cujo propósito é acompanhar a implementação para avaliar se o novo padrão está funcionando como previsto, se alcançou o seu objetivo de ajudar a melhorar as informações financeiras", explica Ahmed Khatib.

O Ifass também tratou do projeto do Conceptual Framework, cujo objetivo é melhorar os relatórios contábeis, fornecendo ao Iasb um completo e atualizado conjunto de conceitos para o desenvolvimento ou revisão das normas.

"O Iasb está perto de emitir um *exposure draft* sobre o assunto, para consulta pública", informa Ahmed Khatib.



O Ifass 2015 aconteceu nos dias 23 e 24 de março. E contou com a participação de representantes de todos os grupos regionais que encaminham contribuições técnicas ao Iasb, como o Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Información Financiera (Glass/Glenif), do qual o Brasil faz parte; o Grupo da Ásia e Oceania (AOSSG); o European Financial Reporting Advisory Group (Efrag) e o Pan African Federation of Accountants (Pafa). Também estiveram presentes membros do Financial Accounting Standards Board (Fasb), o órgão normatizador dos Estados Unidos.



Ibracon estuda novidades para a grade de cursos



A Educação Continuada ganhou um destaque ainda mais acentuado no planejamento estratégico da Diretoria Nacional do Ibracon para este ano. O Instituto, reconhecido pela qualidade técnica de sua rica grade de cursos para os auditores independentes, definiu mais duas linhas de atuação visando a estimular o desenvolvimento dos profissionais da Contabilidade.

Além de estruturar uma grade específica de cursos para oferecer aos preparadores de demonstrações contábeis, a partir de 2016, o Ibracon também começa a organizar cursos focados em aspectos comportamentais da profissão, que vão agregar valor e incentivar o desenvolvimento de habilidades que extrapolam o conhecimento técnico.

Em atenção à Norma Brasileira de Contabilidade PG 12, publicada em dezembro pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Diretoria Nacional recomendou às Seções Regionais a estruturação de cursos destinados aos preparadores de demonstrações contábeis, que estarão obrigados, no ano que vem, a participar do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC).

A norma se aplica aos preparadores de empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central e pela Superintendência de Seguros



CARLOS SOUSA

Privados (Susep), ou consideradas de grande porte, além de todos os profissionais que exerçam atividades de auditoria.

Até a edição da PG 12, o PEPC era obrigatório apenas aos auditores independentes inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e que atuavam em mercados regulados.

A regulamentação entra em vigor em 2016, mas o Ibracon – como capacitador nato do programa do CFC – já deu início ao planejamento dos cursos, de modo a manter a reconhecida qualidade técnica de suas ações de educação profissional.

Quanto aos cursos com viés comportamental, para estimular o desenvolvimento dos profissionais, o Ibracon está estruturando grades curriculares que contemplem temas

ALÉM DE CURSOS PARA PREPARADORES, IBRACON TERÁ GRADE COM CONTEÚDO COMPORTAMENTAL

como gestão, empreendedorismo e geração de novos negócios.

“Ao longo da carreira, o auditor independente enfrenta uma série de desafios para crescer. O jovem entra em uma firma como *trainee* e quer chegar a sócio rapidamente – o que é perfeitamente possível –, desde que ele receba, ao longo da carreira, o suporte necessário para seu desenvolvimento profissional”, diz Carlos Alberto de Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Nacional.

Ele explica que, para contribuir ainda mais nesse processo de evolução dos profissionais, o Ibracon está organizando cursos focados no desenvolvimento da carreira, para que auditores de todos os níveis hierárquicos possam desenvolver habilidades que os ajudem a abrir oportunidades de crescimento.



Trabalho nas Regionais

Os presidentes das nove Seções Regionais (SR) do Ibracon já estão totalmente envolvidos com as diretrizes da Diretoria Nacional para a Educação Continuada.

A 6ª SR, por exemplo, que abrange os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pretende, inicialmente, replicar parte da grade atual de cursos que contemplam matérias da área contábil. Mas, como aposta em uma grande demanda quando a obrigatoriedade começar a valer – a exemplo do que ocorreu na adoção das normas internacionais de contabilidade, as IFRS –, a 6ª SR já estuda novos cursos.

A 5ª SR (São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) também acredita que haverá aumento na demanda por parte dos preparadores. E estuda a ampliação do corpo de instrutores. Em grande medida, os cursos oferecidos atualmente contam com instrutores cedidos pelas grandes firmas de auditoria.

Mas a 5ª SR avalia que há muitas Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) dispostas a colaborar também. E tem conversado com várias delas, para que disponibilizem profissionais não apenas para ministrar os cursos, como também para participar em comitês técnicos e nas diretorias do Instituto.

Quanto aos cursos comportamentais, a 5ª SR avalia que vão atrair muitos alunos também entre os profissionais das FAPMP, pois eles são empreendedores natos e podem se beneficiar de conteúdos educacionais que estimulem o desenvolvimento de habilidades de gestão.

INSTITUTO QUER ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DOS PROFISSIONAIS

A 4ª SR (Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goiás) quer iniciar os cursos para preparadores ainda neste ano. A intenção é obter dados que permitam quantificar a demanda futura, de modo a ter tempo de efetuar os ajustes necessários para 2016. Inicialmente, a 4ª SR vai oferecer aos preparadores os cursos já proporcionados aos auditores com temas ligados às normas de contabilidade.

Sobre o desenvolvimento de novas habilidades, a 4ª SR acredita que o trabalho do auditor depende muito

da forma como ele consegue se relacionar com os clientes, uma vez que grande parte de suas atividades se desenrolam dentro da organização auditada. Para desempenhar bem a sua função, o auditor precisa saber administrar as sensibilidades de um amplo número de profissionais com que lida diariamente, tanto entre os indicados pelo cliente para compartilhar informações, como em sua própria equipe.

A 2ª SR (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe) também está bem adiantada para atender à demanda criada pela inclusão dos preparadores. Ela já tem 20 cursos de contabilidade credenciados para estes profissionais. Quanto à modalidade destinada a desenvolver habilidades comportamentais, a 2ª SR vê com muito bons olhos essa inovação do Ibracon.

A 2ª SR realizou uma pesquisa na qual constatou que os associados demandavam cursos que agregassem mais valor à profissão. Desde então, a 2ª SR realiza seminários, a exemplo de um sobre contabilidade do setor público. E, para driblar a carência de profissionais disponíveis para dar aulas, intensificou a busca por parcerias com firmas associadas ao Ibracon. ✓



pingos e respingos

8ª Conferência CReCER

O Ibracon participou da 8ª Conferência Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional (CReCER), em Quito, no Equador, que teve como tema *Preservando Ganhos Econômicos e Investindo no Futuro: Promovendo Crescimento através de Maior Responsabilidade Financeira*. O instituto foi representado por Monica Foerster, diretora de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP); Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico, e Francisco Maldonado Sant'Anna, diretor de Comunicação. Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), também marcou presença, ao lado de Verônica Souto Maior, vice-presidente Técnica do CFC.



Francisco Sant'Anna, Monica Foerster, Zulmir Breda e Rogério Garcia

Glenif e Quintas do Saber

A convite do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, participou de reunião com a diretoria do Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Informação Financiera (Glenif). Pocetti também participou da 12ª edição do Quintas do Saber, da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) em parceria com o CFC e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).

A Lei nº 12.973 em debate

A 5ª Regional do Ibracon e a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) realizaram o seminário *Lei nº 12.973: Conceitos, desafios e dificuldades que as empresas enfrentarão*. O encontro reuniu profissionais como Silvio Takahashi, do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) e da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon e representante do Instituto no Grupo de Trabalho do Iasb junto ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis



Edison Fernandes, Silvio Takahashi, Cláudia Pimentel e Edmir Carvalho

(CPC); Edmir Carvalho, vice-presidente de Contabilidade da Anefac; Edison Fernandes, do escritório Fernandes, Figueiredo Advogados, e a auditora fiscal da Receita Federal Cláudia Pimentel Martins da Silva.

8ª Epac

Idésio Coelho, presidente do Ibracon, palestrou na abertura do 8º Encontro de Profissionais e Acadêmicos de Contabilidade (Epac), realizado pelo Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP) e pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Ele falou sobre *A Responsabilidade do Auditor no Tocante à Fraude*, discorrendo sobre o cenário da auditoria independente no Brasil, o escopo de atuação, limites e responsabilidades profissionais. "A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da empresa e da sua administração", garantiu.

Agenda política da Fenacon

O Ibracon participou do lançamento, em Brasília, da Agenda Política e Legislativa 2015/2016 da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon). O documento foi entregue a parlamentares e autoridades presentes ao evento, como o presidente da Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços, deputado Laércio Oliveira; o ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos; e o senador José Pimentel.

Homenagem da Alesp

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), atendendo a uma proposta do deputado Itamar Borges, homenageou o Dia do Profissional da Contabilidade, comemorado em 25 de abril. Idésio Coelho e Sérgio Antonio Dias da Silva, respectivamente presidentes da Nacional e da 5ª Regional do Ibracon, prestigiaram a cerimônia.



Sérgio Antonio Dias, Itamar Borges e Idésio Coelho

Solenidade no CRC-PE

Marcelo Galvão Guerra, presidente da 2ª Regional do Ibracon, prestigiou a solenidade em comemoração ao Dia do Profissional Contabilista realizada pelo Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRC-PE).



Marcelo Guerra, Arnaldo Guimarães e Geraldo Batista

O presidente do CRC-PE, Geraldo de Paula Batista, homenageou o ex-presidente da 2ª Regional do Ibracon, Arnaldo Marques Guimarães, com a Medalha do Mérito Contábil Luiz Pessoa da Silva.

Sessão solene na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo também homenageou o Dia do Profissional da Contabilidade. "Essa homenagem é mais do que justa, é um trabalhador incansável, aquele que responde pelo sucesso das empresas e da prefeitura", afirmou a vereadora Edir Sales, que presidiu a sessão solene. O deputado federal Arnaldo Faria de Sá disse que tem trabalhado, em Brasília, para conquistar as reivindicações da categoria.

Cadastro Pró-Ética

Adelino Dias Pinho, diretor de Regionais do Ibracon, participou de reunião do Comitê Gestor do Programa Pró-Ética, no Instituto Ethos. O encontro marcou o lançamento do novo cadastro do programa.

Palestras do presidente

Idésio Coelho, presidente do Ibracon, realizou palestra sobre *Atividades do Auditor Independente no Tocante à Fraude*, no Comitê Estratégico de Governança Corporativa da Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham).

O presidente também palestrou no Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, em Portugal, que teve como tema *Separados pelo Atlântico, Unidos pela Contabilidade*. Ele falou no painel *Um Panorama sobre a Profissão Contábil – Uma Visão sobre a Profissão no Brasil e no Mundo*.

Reuniões com o BC

O presidente do Ibracon, Idésio Coelho, teve duas importantes reuniões com o Banco Central, em Brasília. O encontro realizado em 27 de maio tratou de auditoria independente em cooperativas de crédito e da criação de um Fórum Técnico BC/Ibracon para discutir temas relevantes para o mercado.

Na reunião promovida em abril, Idésio agradeceu a alteração nos processos de inquérito de modo a dar oportunidade para que os auditores sejam ouvidos. E solicitou que fosse avaliada a possibilidade de o auditor ter acesso ao processo durante seu transcurso e não somente ao final, como ocorre.

As sociedades de contadores e o ISS

APESAR DA CLAREZA DA NORMA, MUNICÍPIOS EXIGEM ISS DAS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS COM BASE NO PREÇO DOS SERVIÇOS

Sujeitam-se à aplicação de tributação minorada do Imposto sobre Serviços (ISS) as sociedades profissionais que cumpram os seguintes requisitos:

- (i) prestem serviço em nome da sociedade, sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte;
- (ii) sejam todos os seus sócios pessoas físicas, empregados e autônomos que prestem serviço em nome da sociedade, habilitados para o exercício da mesma profissão ou de profissões afins e
- (iii) seja a habilitação profissional dos integrantes da sociedade diretamente relacionada com o seu objeto social.

Preenchidos estes requisitos, garantido estará o emprego da base de cálculo especial. Isto é, o pagamento do ISS com a aplicação minorada, prevista na conjugação dos §§ 1º e 3º do art. 9º do Decreto-lei nº 406/68, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 56/87, que convive

com a Lei Complementar nº 116/03, recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, o imposto será calculado levando-se em conta não o preço do serviço, mas o número de profissionais habilitados, empregados ou não, que prestem serviço em nome da sociedade.

As sociedades de contadores, ao exercerem as atividades inerentes à profissão contábil, enquadram-se no conceito de sociedades uniprofissionais, e têm direito à tributação do ISS na forma especial.

Contudo, apesar da clareza das condicionantes previstas nessas normas legais, vários municípios vêm exigindo ISS de tais sociedades com base no preço dos serviços, desrespeitando valores protegidos pela Constituição Federal, dentre os quais os princípios da isonomia e o da capacidade contributiva.

Sob o pretexto de estarem submetidas a um suposto "caráter empresarial", diversas sociedades de contadores sofrem ilegal "desenquadramento" da forma específica de tributação prevista no Decreto-Lei nº 406/68 pelas autoridades fazendárias municipais.

Com efeito, esse "caráter empresarial" (apesar de inexistente), não é requisito legal para aferir se a sociedade tem, ou não, direito à tributação minorada. Como dito, exige-se a prestação de serviços em caráter pessoal, sob responsabilidade das pessoas físicas integrantes da sociedade, habilitadas para o exercício da contabilidade.

Nesse contexto, mostram-se descabidas as alegações de certos municípios de que o grande o número de profissionais nas sociedades de contadores afasta o regime especial de tributação em comento.

O número de profissionais que compõem uma sociedade é irrelevante para sua caracterização como sendo



Aires F. Barreto

Professor convidado nos Cursos de Especialização em Direito Tributário da USP, da PUC/Cogeae e do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet)

uma sociedade de capital ou de trabalho, já que o que interessa, para efeito da aplicação da tributação especial, é que os profissionais estejam devidamente habilitados a executar a atividade indicada como objeto da sociedade.

A própria norma com *status* de lei complementar autoriza e reconhece a necessária presença nessas sociedades de vários sócios, numerosos empregados e múltiplos autônomos, todos prestando serviços em nome da sociedade, e, por isso, assumindo responsabilidade pessoal em relação a eles.

Destarte, são igualmente irrelevantes para o enquadramento da sociedade no regime especial:

- (i) a circunstância de possuir filiais e a utilização de logotipo ou de marca e
- (ii) a delegação de certas tarefas a outros profissionais que não sejam contadores habilitados.

AS SOCIEDADES DE CONTADORES ENQUADRAM-SE NO CONCEITO DE SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS, COM DIREITO À TRIBUTAÇÃO DO ISS NA FORMA ESPECIAL

Neste último caso, os serviços seguem sendo pessoais, a despeito de, eventualmente, ocorrer o concurso de outros profissionais para a realização de algumas tarefas. É o que ocorre, por exemplo, nas sociedades de advogados, nas quais, muito embora algumas tarefas sejam desempenhadas pelos estagiários de Direito, a advocacia não deixa de ser desempenhada pelos advogados integrantes da sociedade.

Reforça essa exegese o enunciado no art. 966 do Código Civil. De acordo com o caput desse dispositivo, "*considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens*

ou de serviços", excepcionando-se, de tal conceito, aquele que exerça profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Em síntese, o legislador ordinário e o aplicador do direito não estão livres para criar outras condições senão aquelas já trazidas pelo Decreto-lei nº 406/68, com suas alterações posteriores, para inviabilizar a tributação minorada. Fazê-lo é ferir a Constituição e as normas complementares que regem a tributação dessas sociedades. ✓

Prêmio Transparência

A 4ª edição dos Prêmios Transparência Universitário e Transparência de Jornalismo, do Ibracon, foi vencida, respectivamente, pelo estudante de Ciências Contábeis Adalberto Hott Raminho, de Minas Gerais, e pela jornalista Suzana Liskauskas, do *Valor Econômico*. O tema escolhido para esta edição foi *A importância das normas internacionais de contabilidade e auditoria para o Brasil*.

“As duas versões do Prêmio Transparência têm a finalidade de ajudar a disseminar o importante papel desempenhado pela auditoria e pela contabilidade, tanto no cenário nacional quanto em âmbito global, uma vez que estamos sintonizados com os padrões internacionais”, explica Marco Aurélio Fuchida, superintendente do Ibracon.

Ele destaca, ainda, que o Prêmio Universitário foi idealizado como um reconhecimento e um estímulo aos alunos de Ciências Contábeis. Já o Prêmio de Jornalismo tem incentivado a publicação de relevantes reportagens com uma abordagem mais técnica de assuntos afetos à auditoria independente e à contabilidade, ajudando o Ibracon a desempenhar seu papel de orientador do desenvolvimento da profissão no Brasil.



MARCO AURÉLIO FUCHIDA



Viagem a Londres

Os dois premiados e a professora Ana Carolina Vasconcelos Colares, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), orientadora do trabalho do universitário Adalberto Hott, ganharam uma viagem de cinco dias a Londres, na Inglaterra. A PUC Minas também foi contemplada com cinco licenças do e-book *Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) Edição 2014*, como forma de incentivo ao aprimoramento do ensino aos alunos em geral. A cerimônia de premiação será realizada na abertura da 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, nos dias 3 e 4 de agosto, em São Paulo.

IFRS 15 em destaque

Suzana Liskauskas concorreu com a reportagem “Nova regra global vai vigorar em 2017”, publicada no Valor Econômico em setembro de 2014. No texto, ela lembra que a partir de 1º de janeiro de 2017 entra em vigor, no Brasil, a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes.

“Divulgadas conjuntamente pelo International Accounting Standards Board (Iasb) e pelo Financial Accounting Standards Board (Fasb), em 28 de maio”, a IFRS 15 “substitui a maior parte da orientação sobre o reconhecimento de receita existente em IFRS e U.S. GAAP, adotado nos Estados Unidos”, informa na matéria.

Com relação ao Brasil, a jornalista conclui que os ganhos da nova regra “são as orientações mais detalhadas e a definição de conceitos. Esse detalhamento ajuda as empresas a definir o momento do reconhecimento de suas receitas”.

A partir de uma série de entrevistas com auditores independentes e especialistas, a jornalista afirma

REPORTAGEM PREMIADA APROFUNDA A ANÁLISE DO TEMA

que “o tema é complexo e as empresas ainda estão em fase de entendimento da nova regra”, mas lembra que o Iasb e o Fasb criaram um grupo de discussão específico, o Joint Transition Resource Group, cujo papel é “garantir que a adoção da nova regra seja uniforme”.

A jornalista avalia que, nos EUA, “onde havia muita segmentação nas orientações sobre a forma de contabilizar a receita, havendo uma norma para cada indústria, a regra trouxe uma unificação” e que, “nos países que adotam o IFRS, o grande ganho foi o detalhamento”.

Os entrevistados explicam que “todas as empresas serão impactadas e vão ter que fazer uma revisão dos critérios utilizados para a contabilização de suas receitas”.

Suzana Liskauskas também analisa, em detalhes, os principais aspectos

da nova regra e de que forma elas vão impactar a contabilidade das companhias.

“Os auditores recomendam que as companhias não posterguem o estudo sobre as orientações expressas na IFRS 15 e que se preparem para as mudanças, ainda que elas só entrem em vigor em 2017”, informa a jornalista na reportagem premiada.

Os auditores entrevistados avaliam que as mudanças afetarão diversos setores da economia de maneiras diferentes. Mas lembram que “a IFRS 15 apresenta um modelo com cinco etapas para que as empresas possam determinar o período exato e os valores envolvidos no reconhecimento das receitas”. E finaliza com o recado de que “a norma é muito recente e não há nada definido. Estamos na fase do entendimento e dos debates com o mercado”.

As inscrições para a edição 2015 do Prêmio Transparência serão abertas em 1º de julho. Mais informações sobre as inscrições podem ser obtidas pelo Portal Ibracon, pelas redes sociais e pelos hotspots www.ibracon.com.br/premiouniversitario e www.ibracon.com.br/premiojornalismo.





Transparência pública nas instituições de ensino superior

O trabalho vencedor do Prêmio Transparência Universitário foi elaborado por Adalberto Hott Raminho, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), sob a orientação da professora Ana Carolina Vasconcelos Colares.

Intitulada “Transparência pública na gestão patrimonial das instituições de ensino superior federais brasileiras”, a monografia estuda “os impactos gerados na administração dos bens móveis no que tange à depreciação, à reavaliação e à redução ao valor recuperável (*impairment*), com a adoção das normas NBC T 16.9 e NBC T 16.10”.

Na introdução ao trabalho, Hott informa que o processo de convergência das normas nacionais de contabilidade pública ao padrão internacional está se dando gradativamente, mediante a adoção das International Public Sector Accounting Standards (Ipsas). E destaca que a tradução das normas foi conduzida pelo Comitê Gestor da Convergência no Brasil, “sendo produto da ação conjunta do CFC e do Instituto dos Auditores Independente do Brasil (Ibracon)”.

Hott avalia que a convergência brasileira ao padrão internacional tem o propósito de “resgatar a contabilidade patrimonial não praticada no setor público”. Após discorrer sobre os princípios da contabilidade, o aluno analisa os conceitos de ativo imobilizado, bens imóveis públicos, bens móveis, vida útil e valor residual de componentes do ativo imobilizado, métodos de depreciação e de quotas constantes, reavaliação e redução ao valor recuperável, assim como sobre o teste de *impairment*.

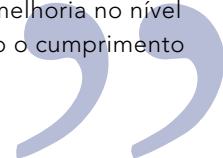
Rica em gráficos produzidos a partir de uma pesquisa junto a 75 instituições, a monografia conclui que, ao convergir ao padrão internacional de contabilidade governamental, a contabilidade pública brasileira “passou a ter que formular políticas e desenvolver instrumentos capazes de atender ao enfoque patrimonial, que não era uma prática regular no setor público”. Nesse contexto “surgiu na administração pública a necessidade de evidenciar a real composição e situação do patrimônio público, mediante o *disclosure* da informação contábil”, de modo a “suprir os entes públicos de informações significativas, capazes de auxiliar o processo de tomada de decisão pelos gestores governamentais”.

O aluno afirma, em suas conclusões, que “a maioria das instituições cumprem, de modo muito satisfatório, alguns dos principais quesitos” considerados “necessários para uma boa gestão patrimonial de bens móveis no que tange ao cumprimento das rotinas de controle patrimonial”.

Segundo ele, 98,67% das instituições pesquisadas contam com um órgão formalizado ou estrutura equivalente responsável pela administração patrimonial e pelo registro analítico dos bens móveis. E 97,33% delas praticam o tombamento de bens móveis com número afixado mediante plaqueta de identificação patrimonial. Outra descoberta de Hott foi que 86,67% das entidades respondentes “contam com sistema informatizado para a operacionalização das rotinas relativas ao ingresso e ao controle dos bens móveis”. A pesquisa mostrou, ainda, que 81,33% das instituições realizam anualmente as averiguações para constatar a existência e a localização dos bens móveis, “em conformidade com os preceitos legais”.

E mais: 69,34% das instituições pesquisadas praticam o instituto da depreciação, “todavia, 34,67% depreciam apenas os bens que foram adquiridos ou colocados em uso a partir da data de corte adotada pela entidade (na maioria dos casos em 2010, ano da obrigatoriedade)”. Hott verificou, ainda, que apenas 22,67% das entidades realizam a reavaliação e o teste de recuperabilidade. “Diante desses achados, constatou-se que as instituições devem envidar esforços no sentido de adequar suas práticas de gestão patrimonial com a finalidade de atender aos dispositivos legais vigentes” que, em sua avaliação, visam a “contribuir efetivamente para a transparência do patrimônio público, bem como para o fortalecimento do controle social”.

Hott encerra o trabalho afirmando que a pesquisa apontou que “a maioria das entidades estudadas não satisfaz plenamente todos os requisitos relativos aos novos procedimentos contábeis, quais sejam: depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável. Constatou-se, portanto, a necessidade urgente de uma melhoria no nível de *disclosure* sobre o assunto, objetivando o cumprimento das NBC T 16.9 e NBC T 16.10”.





Inscrições abertas

 5º Prêmio Transparência
Jornalismo

 5º Prêmio Transparência
Universitário

Inscrições

1º de julho a
30 de novembro
de 2015

Regulamento

www.ibracon.com.br

Participação

Reportagens e trabalhos
acadêmicos com temas
relacionados à auditoria
independente

Premiação

Viagem de 5 dias
a Londres



Comunicação Ibracon

5º Prêmio Transparência

Para o Prêmio Transparência de Jornalismo, poderão se inscrever jornalistas autores de reportagens veiculadas no período de **16 de novembro de 2014 a 30 de novembro de 2015**. Já o Prêmio Transparência Universitário é aberto a alunos de bacharelado em Ciências Contábeis, com trabalhos produzidos entre **1º de janeiro e 31 de novembro de 2015**.

As reportagens e trabalhos participantes serão avaliados por uma Comissão Julgadora, e o vencedor de cada categoria será premiado com uma viagem de cinco dias a Londres. **Na categoria Universitário, serão premiados o estudante e seu professor-orientador.**

Participe!



www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

40 anos dedicados à profissão

Guy Almeida Andrade acaba de completar 60 anos e pretende continuar trabalhando até os 70. A profissão agradece! Afinal, homenageado pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil com o Prêmio Destaque Profissional de 2014, ele ainda tem muito a contribuir para o desenvolvimento da auditoria brasileira.

“São quase 40 anos dedicados ao setor”, contabiliza Guy Andrade, graduado em Ciências Contábeis, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), e em Administração de Empresas, pelo Mackenzie. Logo após a graduação, obteve registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP), filiando-se ao Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP) e ao Ibracon.

Em 1986, foi convidado a atuar como secretário da Câmara de Auditores Independentes (Caind), da 5ª Seção Regional (5ª SR), do Ibracon. “Naquela época, a Câmara era coordenada por Antônio Baccarin Soares de Camargo e relatada por Orlando Antônio Leone”, recorda. Em 1990, integrou a diretoria da 5ª SR, como vice-presidente de Assuntos Culturais e de Ensino. Eleito conselheiro no CRC-SP, em 1992, assumiu a vice-presidência de Fiscalização da entidade dois anos depois.

Em 1996, foi eleito presidente da 5ª SR do Ibracon e, em 1998, assumiu a diretoria de Assuntos Internos na Nacional do Instituto. No mandato seguinte, comandou a diretoria de Exercício Profissional. Já em 2002, foi eleito presidente da diretoria Nacional do Ibracon.



Sempre dinâmico, mesmo em meio a tantas atividades no Instituto, em 1998, foi indicado para a Comissão de Auditoria da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e, em 2000, foi eleito membro do Board da International Federation of Accountants (Ifac). Após dois mandatos no Board, passou a integrar o Comitê de Nomeações da Ifac, função que cumpriu durante dois mandatos. Também foi membro do Comitê Coordenador da Revisão Ampla de Governança da Organização das Nações Unidas (ONU).

“Após a reforma estatutária do Ibracon, fui convidado a integrar o Conselho de Administração (de 2008 a 2014), primeiro como secretário e, depois, como presidente”, salienta.

Em 2000, Guy Andrade recebeu a Medalha Joaquim Monteiro de Carvalho, do CRC-SP. Em 2007, foi condecorado pelo Sindicato dos Contabilistas com o título de Contabilista Emérito.

COM UMA CARREIRA
BRILHANTE E QUATRO
DÉCADAS DE ATIVIDADES
EM PROL DA AUDITORIA
INDEPENDENTE, **GUY
ALMEIDA ANDRADE**
AINDA TEM MUITO A
CONTRIBUIR COM A
PROFISSÃO



De pai para filho

Desde criança, Guy Andrade vivenciou o trabalho desenvolvido por seu pai, Arthur Magalhães Andrade, fundador da Magalhães Andrade Auditores Independentes, falecido em março deste ano.

Por vezes, “com ele viajava para participar de eventos da classe e ouvia seus discursos”, conta Guy Andrade, analisando que a referência da infância ultrapassou a juventude e se perpetuou na idade adulta. “Entrou no sangue”, como se costuma dizer. E Guy Andrade decidiu atuar em Contabilidade.

Sócio de um escritório de serviços contábeis, seu pai acabou se envolvendo com a auditoria independente quando esta ganhava destaque no Brasil, no início dos anos de 1970.

“Ele fundou e presidiu a Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP). Também presidiu o Conselho Regional de Contabilidade

do Estado de São Paulo (CRC-SP) e o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), de 1965 a 1966, tendo participado do Ibracon em diversas comissões”, narra o filho, com orgulho.

Por sua vez, confessa que não planejou a vida profissional detalhadamente. Entretanto, teve sempre a preocupação de construir uma carreira alicerçada em dedicação, treinamento e paciência.

A experiência lhe rendeu muitos convites: integrou o Comitê de Auditoria do Unibanco, da Editora Abril e do Itaú Unibanco, assim como o Conselho de Administração da Companhia Müller de Bebidas. Recentemente, assumiu um assento no Comitê de Auditoria na Cetip S/A.

“Não tracei metas a cumprir nem mesmo sobre onde gostaria de chegar. Os desafios foram surgindo e eu os fui enfrentando, de acordo com minha personalidade e características profissionais”, pondera. ✓



A Revista Transparência Ibracon
é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração
Adeildo Osório de Oliveira
Antomar de Oliveira Rios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Ernesto Rubens Gelbcke
Fernando Dantas Alves Filho
Idésio da Silva Coelho
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Cezar Santana
Pedro Augusto de Melo
Raul Corrêa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Sérgio Antonio Dias da Silva

Diretoria Nacional
Presidente
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor Técnico
Rogério Hernandez Garcia
Diretor de Administração e Finanças
Francisco de Paula dos Reis Júnior
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Adelino Dias Pinho
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretora de FAPMP
Monica Foerster

Superintendente
Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial
Adelino Dias Pinho
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Marco Aurelio Fuchida

Colaboração
Shirlei Liberal Nogueira Lima



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora-chefe
Gerald Privatti

Colaboradores
Débora Diniz
Denise Ramiro
Eduardo Tavares
Zulmira Felício



Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Impressão
Vox Editora

O universo da Contabilidade e Auditoria Independente em suas mãos



Quem pode se associar?

- ✓ Estudantes de Ciências Contábeis
- ✓ Profissionais da Contabilidade
- ✓ Sociedades de Auditoria Independente

✓ **Associe-se!**

Consulte sua Seção Regional
www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br